

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

RACHEL RIBEIRO RESENDE DOS SANTOS MELO

As faces da Exclusão Social na Comunidade África – Natal/RN

Profª Drª Beatriz Maria Soares Pontes.

Orientadora

Natal

2006

RACHEL RIBEIRO RESENDE DOS SANTOS MELO

As faces da Exclusão Social na Comunidade África – Natal/RN.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN, Área de Concentração em Dinâmica e Reestruturação do Território, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Natal /RN

2006

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA.

Melo, Rachel Ribeiro Resende dos Santos.

As faces da exclusão social na comunidade África – Natal/RN / Rachel
Ribeiro Resende dos Santos Melo. – Natal, RN, 2006.

f. 100

Orientadora: Prof^a Dr^a Beatriz Maria Soares Pontes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território.

1. Geografia social – Dissertação. 2. Desigualdade social – Dissertação. 3. Exclusão social – Comunidade África – Natal (RN) – Dissertação. 4. Segregação – Dissertação. 5. Impactos ambientais – Dissertação. I. Pontes, Beatriz Maria Soares. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE-CCHLA

CDU 911.3:30 (043.3)

RACHEL RIBEIRO RESENDE DOS SANTOS MELO

**AS FACES DA EXCLUSÃO SOCIAL
NA COMUNIDADE ÁFRICA – NATAL/RN**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN, Área de Concentração em Dinâmica e Reestruturação do Território, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em, ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Beatriz Maria Soares Pontes
Departamento de Geografia - UFRN
Orientadora

Prof. Dr. José Borzachiello da Silva
Departamento de Geografia - UFCE
Examinador

Prof. Dr. Ademir Araújo da Costa
Departamento de Geografia - UFRN
Examinador

Dedico esta dissertação a Deus, minha eterna fonte de inspiração, que me dá força para continuar lutando e buscando sempre melhores colocações no mercado de trabalho.

*A ti Senhor, toda honra, toda glória e todo louvor!
Amém...*

Aos meus pais, Resende e Teresinha, queridos espectadores, que me acompanharam nesta caminhada desde a infância, me incentivando e aconselhando na melhor direção.

Ao meu esposo, Luís Carlos Seabra de Melo, por todo o carinho que precisei para superar as angústias do mestrado. Obrigada meu amor, por todo o estímulo que me deste nos momentos mais difíceis desta dissertação e por não ter permitido que eu desistisse dessa luta.

E ao meu irmão, Marcelio de Jesus Ribeiro, que me cobriu de oração no momento em que eu mais precisei de força espiritual para continuar essa caminhada intelectual.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior da minha vida e motivo das minhas vitórias. Aquele que mudou a minha vida e me deu a oportunidade de recomeçar da melhor forma possível.

Àquele que me curou a alma, o espírito e o corpo...

Te agradeço Senhor por mais essa vitória e te prometo utilizar os meus talentos da melhor forma: em favor da humanidade.

A você Senhor te rendo toda honra e toda glória pela finalização deste trabalho. Pois sem Ti, eu nada poderia fazer!

Gostaria de agradecer a minha orientadora, a professora Beatriz Maria Soares Pontes, por todo o apoio que me destinou no decorrer da confecção da minha dissertação. Obrigada pelo socorro nos momentos em que tudo parecia perdido!

Ao meu querido professor, Ademir Araújo da Costa, por ter “enxugado as minhas lágrimas” no meio desse curso e me dado um “novo gás” para terminar essa dura caminhada. Obrigada por ter sido acima de tudo um grande amigo.

A dona Graça, moradora da Comunidade África, por todo apoio e boa vontade na socialização de informações sobre a comunidade, que me possibilitou grande respaldo para montar esse estudo sobre as faces da exclusão social na atualidade.

Ao meu amado esposo, pela ajuda na edição e digitalização desta dissertação e por toda a compreensão e renúncia necessárias para a finalização deste trabalho. (Amo Você)

Ao meu pai, Manoel Resende dos Santos, por todo o apoio que me proporcionou durante a minha vida.

A minha mãe, minha heroína, pelas orações e paciência, nos momentos de angústia, me fazendo acreditar que eu posso todas as coisas Naquele que me fortalece (Jesus).

Ao meu irmão Marcelio de Jesus Ribeiro, por ser meu exemplo de coragem e vitória em tempos difíceis.

A todos os meus colegas de mestrado e professores, o meu muito obrigada.

Todos vocês foram instrumentos usados por Deus para me encaminharem no rumo certo.

“Um dia, quando o homem voltar às origens, a fim de entender, antes de tudo, a si mesmo; Quando o ódio for considerado algo mau; Quando a guerra for vista como instrumento contrário à evolução humana; Quando a liberdade for parte fundamental da vida; Quando a ciência e a tecnologia forem desenvolvidas em favor da humanidade; Quando a violência for algo esquecido; Quando a igualdade for vista naturalmente, dentro dos parâmetros impostos pelo amor; Quando não for mais preciso ser contra ou a favor; Quando todos se unirem num único sentido; Quando sorrir for uma necessidade; Quando a paz for um ideal comum; Quando as mãos se encontrarem; Quando todas as vozes formarem um grito único; Quando o homem abandonar a posição de um animal racional para tornar-se humano; Quando tudo isso deixar de ser um sonho; Finalmente teremos despertado para a vida”.

(Autor desconhecido).

SANTOS, Rachel Ribeiro Resende dos. **As Faces da Exclusão Social na Comunidade África Natal - RN**. 96 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2004. Orientadora: Profª Drª Beatriz Maria Soares Pontes.

RESUMO

Esta dissertação trata do estudo das faces da exclusão social na atualidade, através de um recorte espacial constituído por uma área subnormal (a Comunidade África), que aglutina esses aspectos num contexto restrito, porém, revelador a respeito de tais problemas. Através dos capítulos que se seguem, é discutida a desigualdade, a exclusão, a segregação, a socioeconomia da Comunidade África e os impactos ambientais identificados na mesma. Ao final do trabalho, são apontadas as alternativas de saída possíveis para a comunidade, sendo discutidas também proposições acerca de questões voltadas para a atenuação dos seus problemas mais relevantes.

Palavras-chave: Desigualdade social. Exclusão. Segregação. Impactos ambientais.

ABSTRACT

This dissertation deals with the study of the faces of social exclusion at present, through a spatial section constituted of a subnormal area (the Community Africa), which groups these aspects in a limited, but revealing, context regarding such problems.

Through the following chapters, inequality, exclusion, segregation, the socioeconomics of the Community Africa, and the environmental impacts identified in this community are discussed.

At the end of this piece of work, alternatives of possible solutions to the community area pointed, with also the discussion of propositions related to the questions concerning the mitigation of the most relevant problems.

Keywords: Social inequality, Exclusion, Segregation, Environmental impacts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

1. Aspectos de residências da Comunidade África.....	26
2. Aspecto de habitação construída com material reutilizado.....	37
3. Aspecto do abandono da Comunidade África.....	47
4. Aspecto da falta de infra-estrutura na Comunidade África.....	48
5. Aspecto da APA que está sendo invadida pela população de baixa renda.....	61
6. Aspecto da zona de proteção ambiental ocupada por moradores da Comunidade África.....	62
7. Casa à venda na zona de proteção ambiental.....	63
8. Aspecto das casas construídas no local onde havia barracos.....	64
9. Aspecto dos barracos que se multiplicam (madeira extraída do mangue).....	67
10. Aspecto da parte da duna que ainda não foi ocupada.....	68
11. Aspecto que ilustra a pesca na região do manguezal pelos moradores desta comunidade.....	70
12. Aspecto do manguezal existente nos arredores da Comunidade África.....	71
13. Aspecto do Rio Doce e o descaso por parte da população.....	72
14. Aspecto das ruas da comunidade: sem drenagens, nem controle de enchentes.....	73
15. Aspecto da inacessibilidade existente na Comunidade África em tempos de chuvas.....	74

16. Aspecto do esgoto a céu aberto.....	75
17. Aspecto de um dos pontos da Comunidade que agrega o lixo.....	76

FIGURAS

1. Representação de Natal com destaque para a área da Redinha - Localização da área subnormal África.....	34
2. Localização da Zona de Proteção Ambiental n ° 8 e 9.....	65
3. Delimitação do uso e ocupação do solo urbano na Comunidade África.....	65

GRÁFICOS

1. População residente por sexo.....	38
2. População residente por faixa etária.....	39
3. Visualização gráfica da tabela 3.....	41
4. Visualização gráfica da tabela 4 por faixa etária.....	43
5. Visualização gráfica da tabela 5 por sexo.....	44
6. Visualização gráfica da tabela 6.....	46
7. Visualização gráfica da tabela 7.....	49
8. Visualização gráfica da tabela 8.....	50
9. Visualização gráfica da tabela 9.....	50
4. Visualização gráfica da tabela 10.....	52

LISTA DE TABELAS

1. População residente por sexo.....	37
2. População residente por sexo e faixa etária.....	39
3. Pessoas responsáveis por domicílio por anos de estudo.....	41
5. Pessoas residentes alfabetizadas com mais de 5 anos.....	42
6. Pessoas residentes, não-alfabetizadas, com mais de 5 anos.....	43
7. Pessoas responsáveis por domicílio, por rendimento nominal mensal.....	45
8. Abastecimento de água dos domicílios segundo o tipo de abastecimento.....	49
9. Tratamento de água no domicílio por tipo de tratamento	49
10. Destino do lixo por domicílio.....	50
11. Casos notificados pelo centro de saúde da Comunidade África.....	52

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A EXCLUSÃO, A SEGREGAÇÃO E AS PREMISSAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	18
2.1. A EXCLUSÃO E A SEGREGAÇÃO.....	19
2.1.1. A formação da favela como consequência da exclusão e da segregação.....	29
3. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE ÁFRICA NO CONTEXTO ATUAL.....	32
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	33
3.2. A COMUNIDADE ÁFRICA.....	35
3.2.1. A educação na Comunidade África.....	40
3.2.2. O emprego na Comunidade África.....	44
3.2.3. Moradia na Comunidade África.....	46
3.2.4. Saúde na Comunidade África.....	51
3.2.5. Novas perspectivas sobre a situação fundiária da Comunidade África.....	53
3.2.6. A comunidade África e a questão social contemporânea.....	55
4. A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS NO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA COMUNIDADE ÁFRICA.....	57
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	58
4.2. A COMUNIDADE ÁFRICA COMO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	60

4.3. DUNAS E LAGOAS.....	66
4.4. MANGUES.....	69
4.5. RIOS.....	71
4.6. DRENAGEM E CONTROLE DE ENCHENTES.....	73
4.7. ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	74
4.8. DESTINAÇÃO DO LIXO.....	76
4.9. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	77
5. O FUTURO DA COMUNIDADE ÁFRICA: AS SUAS POSSIBILIDADES E AS ALTERNATIVAS DE SAÍDA.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	96
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	99

1. INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelas questões sociais começou em meados de 1996, quando escolhemos a profissão de assistente social.

Como parte desse processo, tomamos conhecimento da exclusão social quando começamos a trabalhar como voluntária em comunidades carentes e favelas.

A temática concernente a este estudo geográfico diz respeito à análise das faces da exclusão social na Comunidade África, localizada na região metropolitana de Natal - RN. Assim sendo, discutimos a exclusão social bem como enfatizamos a necessidade de se estudar o meio ambiente dentro de uma perspectiva social, demonstrando o envolvimento entre as questões sociais e ambientais, uma vez que estas englobam diversos problemas sociais tais como: saúde, pobreza, qualidade de vida, educação, distribuição de renda, etc.

Atualmente, a exclusão social é, sem dúvida, algo a ser pesquisado com critério. Na Comunidade África, podemos ver as faces dessa exclusão de forma explícita no que concerne à moradia, à saúde, à educação, ao meio ambiente, etc.

A exclusão, nesta comunidade, teve seu início quando os primeiros moradores ali se estabeleceram em busca de moradia gratuita e de uma forma de subsistência mais adequada a sua situação, naquela época. Na seqüência, foram vítimas da segregação social pelo fato de estarem localizados na região norte de Natal, localidade esta que historicamente tem sido negligenciada pelos governantes e discriminada pela população de outras localidades da capital.

Após a introdução, que corresponde à parte primeira do presente estudo, discutiremos, no segundo capítulo, a exclusão, a segregação e as premissas do capitalismo contemporâneo.

No terceiro capítulo faremos à análise do perfil sócio-econômico da Comunidade África no contexto atual.

No quarto capítulo refletiremos sobre a desigualdade e a exclusão e suas conseqüências no meio ambiente no âmbito da Comunidade África.

No quinto capítulo analisaremos o futuro da comunidade África, as suas possibilidades e as alternativas de saída.

No decorrer da realização da pesquisa, foram feitas visitas aos seguintes órgãos: SEMTAS, SEMURB, CREA, COSERN e posto de saúde da Comunidade África, a fim de levantarmos informações sobre a área, em análise, com intuito de desenvolvermos uma contextualização adequada da mesma. Além disso, encaminhamos entrevistas e aplicamos formulários junto à população com o objetivo de resgatar o pensamento da mesma a respeito do que pensa sobre a sua situação e o ritmo do seu cotidiano. Através das pesquisas de campo, foram providenciadas as fotos documentais que deram subsídios visuais para a confecção deste trabalho.

Temos clareza, a partir do ascutamento da área de estudo que nos interessa que não poderemos ignorar, ao longo da detecção da sua realidade, questões de suma importância tais como: a habitação, a melhoria da qualidade de vida e o estado de nutrição da população, a prevenção de doenças, a assistência aos aposentados, os serviços de assistência às mães, às crianças e aos inválidos, o combate às doenças e a melhoria das condições sanitárias e ambientais. Vemos, portanto, que o combate e a prevenção às doenças são as atividades mais importantes a serem consideradas na melhoria do nível de vida dos habitantes

pobres e na manutenção das condições favoráveis à comunidade. Ao lado da saúde, a assistência educacional é fator básico a ser considerado nos trabalhos desenvolvidos para melhorar as condições mínimas necessárias desta população.

2. A exclusão, a segregação e as premissas do capitalismo contemporâneo

A exclusão, a segregação e as premissas do capitalismo contemporâneo sob a ótica teórica, são assuntos que ao se referirem a Comunidade África devem ser bem delimitados, de forma a embasar e enquadrar a situação daquela comunidade, tornando-a familiar aos leitores deste trabalho.

2.1. A EXCLUSÃO E A SEGREGAÇÃO

A exclusão e a segregação são conseqüências da desigualdade social causada pelo avanço do capitalismo, que, como todos os processos de “desenvolvimento”, possui uma ação sobre a natureza, o espaço e o homem produzindo uma reação sobre os mesmos.

O conceito de desigualdade social relaciona-se à distribuição diferenciada do total da riqueza produzida por uma sociedade, de forma que uma camada concentra maior quantidade da mesma em detrimento de outras.

Entre os países do mundo, o Brasil situa-se em um alarmante patamar onde as desigualdades sociais são das maiores existentes, com o agravante de que tal situação tem início praticamente desde o descobrimento e se mantém até os dias atuais. Podemos dizer que possuímos praticamente cinco séculos de renda concentrada.

Segundo Milton Santos (1979, p.39),

As grandes desigualdades no Brasil estão associadas a três vetores principais:

- a) à matriz social originária, fundada na concentração da terra e do poder político e na dependência externa, que impõe sua marca a todo processo de constituição histórica e evolução da nação brasileira;
- b) ao caráter patrimonialista do Estado e à forma como são obtidos e utilizados seus recursos (o caráter regressivo do sistema tributário

e a apropriação “privada” dos recursos públicos pelos grupos que controlam ou se beneficiam do poder político, por exemplo);
c) ao caráter concentrador e excludente dos modelos econômicos historicamente adotados no país, voltados para a acumulação do capital e preservação e reprodução dos interesses dos grupos econômicos internos e externos que ocupam uma posição hegemônica na estrutura de poder político.

Portanto, faz parte do cenário brasileiro, a cultura da concentração de terras nas mãos de uma minoria, que se configura na classe dominante e que também, na maioria das vezes, detém as rédeas do poder político que sorrateiramente segue a cartilha de seus interesses utilizando de forma privada e indevida os recursos públicos.

Além disso, existe a dependência externa, que faz com que nossos governantes obedeçam a critérios estipulados pelo mercado, deixando de lado a realidade de nosso país em busca de reconhecimento e enquadramento nos moldes e padrões externos.

Sendo assim, podemos afirmar que no Brasil a desigualdade social trata do resultado de exclusões acumuladas ao longo dos séculos. Assim, a pobreza é a situação em que se encontra membros de determinada sociedade que são despojados de recursos suficientes para terem uma vida digna, pois não possuem condições de suprir suas necessidades básicas.

A associação comum entre pobreza e desigualdade não é totalmente vazia de sentido. A própria caracterização da pobreza recorre sistematicamente à comparação entre os “pobres” e “não pobres”, tanto em termos de seus rendimentos, ou de sua participação na renda nacional, quanto em termos de outros atributos e situações. A chamada “linha da pobreza” é traçada com base em parâmetros de satisfação de necessidades básicas, vigentes em um determinado momento, em

cada sociedade, para os cidadãos que tem meios suficientes de subsistência, expressos em um mínimo de renda.

Pedro Demo (2002, p. 5) ao se referir a este assunto diz que,

O conceito de pobreza política obtém sua pertinência maior precisamente por revelar o aspecto da exclusão política como cerne da pobreza. Esta exclusão, todavia, é de teor dialético, ou, uma unidade de contrários, tornando-se incongruente imaginar que os excluídos se tornem apenas disfuncionais ao sistema.

Sabemos, porém, que vida digna e necessidades básicas não são categorias absolutas, estas sofrem variação de acordo com o momento histórico e a localização geográfica.

Ou seja, “o maior problema das populações pobres não é propriamente a fome; mas a falta de cidadania que os impede de se tornarem sujeitos de história própria, inclusive de ver que a fome é imposta” (DEMO 2002, p. 5).

Embora a desigualdade social possa determinar a pobreza, muito raramente pode haver desigualdade sem pobreza, ao passo que é possível encontrar países em que é pequena a desigualdade, e a maioria da população vive na pobreza como observamos em alguns países do continente africano.

A esse respeito Smith (1988, p. 217) diz que:

o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. Pois, a fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se nas tendências para a diferenciação e para a igualização.

As distinções, desproporcionalidades e desequilíbrios através dos quais Marx analisa a estrutura e o desenvolvimento global do capital traduzem-se em muitas fontes de diferenciação geográfica dentro da tendência universalizante do capital. A missão histórica do capital é o desenvolvimento das forças de produção por via da qual a igualização geográfica das condições e dos níveis de produção torna-se possível. A produção da natureza é a condição básica para esta igualização, mas a igualização é continuamente frustrada pela

diferenciação do espaço geográfico. A diferenciação como meio para um fixo espacial torna-se ela própria um problema a ser resolvido. A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação capital e trabalho.

Sabendo-se que, segundo Smith, a desigualdade é a expressão geográfica das contradições do capital, podemos delinear de forma mais incisiva o que é exclusão social, ou seja, essa exclusão se dá pela desigualdade unida a sua “conseqüência” que é a pobreza.

Assim, ousamos definir que exclusão social diz respeito ao não reconhecimento de direitos comuns a todos, a um determinado grupo de indivíduos, que se vê colocado à margem da sociedade. Representa, portanto, um modo particular de reconhecer e definir os problemas sociais, assim como as categorias de população correspondentes.

Na história da humanidade a exclusão social sempre esteve presente, e não necessariamente aliada à condição econômica.

Antigamente, a exclusão do convívio social como medida preventiva era focada para os portadores de doenças venéreas e, posteriormente, para os doentes mentais.

Nesse trabalho abordaremos a exclusão social vinculada ao capitalismo e trataremos essa problemática para ser discutida no âmbito da Comunidade África.

Sob essa ótica observamos que, na atualidade é identificada mais uma forma de exclusão, aqueles que não têm direitos a ter direitos, e, nessa condição, a sociedade arbitra por sua extinção.

Uma particularidade que atinge esta comunidade é o fato desta estar localizada na zona norte, que corresponde a uma área da cidade outrora excluída e segregada, mas que com o avanço do capitalismo tem se tornado um grande pólo

em transformação que passa com uma grande velocidade de região excluída, para mais uma força segregadora da Comunidade África.

Essa reedição da segregação na zona norte, trás aos moradores da Comunidade África, um estigma de marginalização mais apurado, pois tornou-se uma região segregada por um território já segregado e que a duras penas tem se desenvolvido e se inserido no contexto capitalista.

Assim, devido aos serviços públicos do Estado já serem historicamente deficientes neste território, nos deparamos com a precarização da situação original que já se constitui na precariedade.

O capital incorpora sua fala na zona norte que esquece suas raízes de exclusão e se rende aos processos mercantilistas, negando-se a si mesma, no que diz respeito à luta comunitária por um desenvolvimento total de suas potencialidades e bem-estar social, passando a atuar de acordo com a cartilha do capital, que tem como consequência a atitude de segregar outras regiões de seu próprio território, como ocorre com a Comunidade África, que constitui-se hoje na periferia da periferia.

Assim, vemos a população mais pobre atingida pela violência policial, por grandes chacinas, "justiça" realizada por justiceiros ou grupos de extermínio, e fenômenos como a adesão por uma parte da população que de certa forma apóia esse tipo de atitude.

Segundo Castells (1998, p. 21),

exclusão social, trata-se da população marcada pela vagabundagem, mendicância, criminalidade e atividades infames. Seriam traços comuns da exclusão social, a falta de acesso ao patrimônio e ao trabalho regulado, obrigando a população a viver de expedientes eventuais e da mendicância; mobilidade incontrolada, formas típicas de relações familiares e sociais, estigmatizadas por liames pouco coesos.

Assim, o termo exclusão social traz em seu contexto a precariedade do desemprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza no futuro, uma combinação de privação material com degradação moral e dessocialização, e por último, se é que esse termo é finito, acontece uma desilusão do progresso por parte dos indivíduos atingidos.

Ao definirmos desigualdade, pobreza e exclusão podemos chegar a um melhor entendimento acerca dessa questão social tão complexa, a qual nos propomos estudar.

A partir dessa noção geral de conceitos, podemos arriscar a teorizar acerca da segregação social e exclusão social, podendo defini-las da seguinte forma:

O termo segregação se dá quando podemos ver nitidamente a separação que existe entre diferentes grupos (etnias, classes sociais, etc), ou seja, é algo concreto.

Já exclusão social é algo mais subjetivo, pois ela existe, é brutal, mas não é uma coisa que possa ser palpável ou representada por uma categoria.

Para Abranches (1994, p. 21):

A desigualdade é um fenômeno distinto da destituição. Não são fenômenos independentes, pois interagem histórica e estruturalmente: um reforça o outro, em medida variável, no tempo e no espaço. Mas obedecem a lógicas distintas, econômica e politicamente.

Dessa forma, trazendo esse conceito para a realidade da Comunidade África, podemos perceber, que a dinâmica ali operada emerge em decorrência da passividade do poder público e do modelo econômico que permeia nossa sociedade.

O poder público tenta contemporizar o fato através de ações pontuais, atendendo, não raro, interesses eleitoreiros, potencializando, dessa forma, cada vez mais o processo de desigualdade social. Mascara, também, o acesso de fato a direitos básicos de sobrevivência, de habitação e de cidadania no contexto urbano atual.

O modelo econômico que permeia a nossa sociedade se torna excludente e caracteriza a desigualdade que estamos estudando, quando exige um perfil profissional e um comportamento humano que seguem as normas do capital.

Essa exigência traz aos desprovidos de direitos básicos à saúde, educação e habitação, uma missão quase impossível: sobreviver em meio à exclusão, à pobreza, etc. Estão às margens da vida, esperando o momento oportuno, aonde se chega a ser utópico, em que poderão entrar nessa ciranda de integração numa sociedade dita democrática, mas que acaba selecionando apenas o que lhe agrada economicamente.

Paralelo a esse fator, segundo Zilda Arns Neumann, sendo a miséria a pior criação do ser humano, se houvesse uma articulação entre a parcela da sociedade incluída, a parcela da sociedade marginalizada e o poder público, teríamos um sistema organizado que poderia atenuar a miséria.

Temos que transformar a conjuntura do Brasil, de Natal e da Comunidade África com uma junção de forças que vai da mobilização do micro (as comunidades carentes e outras parcelas da sociedade), ao macro (poder público e instituições que atuam na transformação social), que encontram-se num só objetivo: suprir as desigualdades através da união de forças.

Pois segundo Zilda Arns,

...qualquer projeto de combate à miséria só vai dar certo se os próprios excluídos se tornarem autores de sua ação libertadora. Eles devem ser sujeito, e não objeto, das ações. Não adianta fazer algo por eles. É fundamental que eles tomem parte ativa no processo. Eles comecessem a ganhar auto-estima, a sair de uma condição de passividade para acreditar e lutar pela mudança da própria vida e da vida de sua comunidade. Essa é a maior revolução que o Brasil precisa. E os excluídos são capazes disso e de muito mais. Necessitam apenas de capacitação, orientação e acompanhamento. Só assim poderão recuperar o valor humano latente (2001, p. 37).

A fotografia abaixo (fotografia 1) ilustra o quadro que se descortina aos olhos de um observador mais atento, onde é nítida a ausência das ações do governo, que não investe em equipamentos públicos de saúde, educação, saneamento básico, etc, ou seja, na maioria das residências a distribuição de água e eletricidade é feita através de ligações irregulares, à margem da lei, colocando em risco a segurança da comunidade.



Fotografia 1 – Aspectos de residências da Comunidade África.
Fonte: MELO, julho / 2004.

Paugam apud Pedro Demo (2002, p. 13) identifica 3 tipos de pobreza:

- a) Pobreza integrada: retém o sentido tradicional de pobreza, não indicando propriamente o que se chama de exclusão social; “seu nível de vida é baixo, mas permanece fortemente integrada em seus

espaços sociais organizados em torno da família e do bairro ou da vila”; mesmo quando desocupada, não se percebe estigmatização mais forte.

b) Pobreza marginal: interseção entre pobreza tradicional e exclusão social.

c) Pobreza desqualificante: ressalta a exclusão social propriamente dita; tais pobres tornam-se cada vez mais numerosos, alijados da esfera produtiva e dependentes das instituições sociais, passando a viver sentimento de “inutilidade social”; também pessoas que não tiveram infância desfavorável podem, cada vez mais, descambar para tal pobreza.

Na Comunidade África, verificamos nitidamente a personificação da pobreza desqualificante, pois a cada dia vemos que aumentam o número de “barracos”. Observamos que cresce o número de pessoas desocupadas e que dependem de projetos sociais que atualmente se resumem, na maioria das vezes, em atividades pontuais, que não dão conta do número de necessitados existentes naquela localidade. Além disso, não existe um processo de qualificação para inserção da população no mercado de trabalho.

Ainda devemos ponderar que não tem sentido compreender os excluídos como uma categoria. São os processos de exclusão que devem ser levados em conta. A situação desses indivíduos deve ser compreendida a partir de certas rupturas, das crises e perturbações que vivenciaram, e não as positivities descritivas ordinárias: renda, profissão, nível de formação, etc.

Entendemos que não é importante “contar” os excluídos. Isso não permite tê-los como objeto de ação social. O importante é, em primeiro lugar, analisar adequadamente as trajetórias que conduzem às situações de exclusão, que resultam sempre de um processo particular.

A dificuldade de mobilizar e de representar os excluídos se explica pelo fato de que eles se definem pelas crises ocorridas na sua vida, ou seja, por uma negatividade. Por isso, não constituem uma força social que se possa mobilizar.

Pelo fato da exclusão estar formada por pessoas que não têm propriamente um interesse comum, não formam uma classe objetiva, que possa se unir em busca dos seus direitos.

Assim, os excluídos formam, quase essencialmente, uma “não-classe”: são a sombra, os efeitos colaterais da sociedade. Resultam da decomposição, de dessocialização, da sociedade.

O social é a agregação da atividade dos indivíduos, a fusão das suas características individuais, formando o todo de uma sociedade, enquanto a exclusão resulta de um processo de desagregação.

Nesse sentido, a exclusão não é um novo problema social, mas uma outra maneira de descrever as dificuldades na criação de solidariedades dentro da sociedade, seja dos indivíduos entre si, seja dos grupos.

Entendemos que isso resulta do desinteresse do poder público e do modelo econômico vigente, porque falar de inserção significa interessar-se pelas diferentes formas de agregação existentes ou promovê-las.

Quando observamos que na sua essência os excluídos são de certa forma “irrepresentáveis” e não possuem delegados ou porta vozes, podemos dizer que na verdade eles indicam uma falha no tecido social.

E, podemos perceber em projetos sociais em que trabalhamos ao longo de nossa profissão, que é essa característica que faz atualmente dos excluídos grupo puramente virtual, sem representantes. Daí a tendência para não perceber a população existente por trás do problema que a define. Fala-se do pauperismo mais do que dos pobres, do desemprego mais do que dos desempregados, da exclusão mais do que dos excluídos.

Ao entrarmos numa comunidade como essa enquanto projeto, vimos que com organização e mobilização muitos podem sair desse quadro de inércia, passando a um nível de esperança e possibilidades que lhe asseverem um futuro de avanços e conquistas.

2.1.1. A formação da favela como consequência da exclusão e da segregação

Nesse processo de exclusão social a população se vê à margem do processo capitalista, sendo, dessa forma, obrigada a ocupar áreas insalubres ou muitas vezes ilegais, em busca de combinar moradia com uma subsistência mínima. Conseqüentemente, na maioria das vezes, as favelas se aglomeram nas redondezas de um possível mercado de trabalho e, no caso da Comunidade África, o que ocorre é que existe uma busca pela subsistência através da utilização dos rios e mangues em seu entorno, além da possibilidade de trabalho como ambulantes na praia da Redinha.

A favela passa então a ser uma organização “sui generis” que permite um tipo determinado de estrutura interna (por exemplo, instabilidade matrimonial, desemprego ou subemprego, criminalidade, alienação política, etc.) e um tipo determinado de relacionamento com o meio urbano em que se insere.

Essa pobreza assume contornos diferenciados no desenvolvimento do urbano no Brasil e se expressa sob a forma de diferentes discursos e representações sócio-espaciais.

Ao analisar o discurso sobre a pobreza e a sua correspondente forma de expressão espacial, Valladares afirma que, enquanto forma de representação da

pobreza, a noção da exclusão social somente passa a ocupar posição na literatura brasileira sobre os problemas urbanos a partir da década de 80, e explicita:

Se a virada do século pode ser caracterizada como o período da descoberta da pobreza e da aplicação dos princípios higienistas, os anos 50/60 como da eclosão e do reconhecimento da pobreza enquanto questão social, as décadas de 70 e 80 como de generalização e sedimentação da pobreza, a década de 90 vem sendo caracterizada como a da exclusão social (1996, p. 131).

Em termos espaciais, essa exclusão tem o seu correspondente em cada período citado: na virada do século, através dos cortiços - lugar dos vadios e dos trabalhadores pobres; em meados do século, através das favelas - lugar da população marginal, subempregada e de baixa renda; nas décadas de 60 a 80, através das periferias ou da ocupação das franjas metropolitanas pelos loteamentos irregulares - lugar dos moradores trabalhadores pobres; e a década de 90, através da ocupação das ruas - lugar das populações de rua, não dos cidadãos ou os sem teto, sem terra, sem comida, etc (Valladares, 1997, p. 137).

Contudo, há um conflito exposto publicamente através da mídia, em torno de uma nova representação da “favela” como o lugar da criminalidade, que se soma hoje à representação até então predominante da “favela” como lugar da pobreza e da ilegalidade urbana.

No entanto, a representação hegemônica da “favela” gerou uma contra-fala, por parte dos moradores, que negam o próprio termo se utilizando outro: “comunidade”.

Uma questão a se pensar é se nessa disputa simbólica há uma reafirmação do “outro”, como excluído, destituído de direitos, como não cidadão. Dois movimentos contraditórios estão por trás desse conflito. Por um lado, quando o morador de “favela” se utiliza do termo “comunidade” para nomear seu lugar de

moradia, ele reafirma esse lugar como uma unidade fechada, ele reafirma a particularidade do seu território em relação à cidade, negando o estigma que este carrega, mas aceitando e colocando esse estigma em outras favelas, reafirmando, portanto, o termo.

Por outro lado, um movimento em sentido contrário busca ultrapassar as fronteiras simbólicas da “favela” como lugar do não cidadão. A difusão, nos anos 80, da cidadania e dos direitos sociais como valores universais tiveram como efeito, especialmente sobre os jovens das camadas populares, ligados ou não ao crime organizado e que passam a freqüentar mais as escolas, uma luta social pela integração ao mercado. Uma luta pelo direito de consumir, um direito visto como universal numa sociedade de mercado (Peralva, 2000).

3. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA COMUNIDADE ÁFRICA NO CONTEXTO ATUAL.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo vamos abordar o perfil sócio-econômico da Comunidade África visualizando as faces da exclusão de forma mais perceptível, ou seja, observaremos a expressão dessas faces na comunidade.

A Comunidade África localiza-se no bairro da Redinha e situa-se na Região administrativa norte do município de Natal. Limita-se ao norte com o município de Extremoz, ao sul com o bairro de Salinas, a leste com a Redinha Nova e a oeste com o estuário Potengi / Jundiá e o bairro de Pajuçara (figura 1).

A zona norte, onde localiza-se a Comunidade África, é uma região marcada por uma segregação que aos poucos vem se tornando um grande pólo comercial e habitacional.

Essa região cresceu através dos inúmeros planos habitacionais implementados, dirigidos à população de baixa renda (nos primórdios), mas que hoje se tornou uma região disputada por casas abastadas e indústrias, entre outros serviços.

Com esse crescimento desproporcional aos investimentos em aparelhos públicos do Estado e a falta de uma implantação mais incisiva de projetos sociais que atendem as outras áreas da cidade, não só a Comunidade África, mas todas as outras de menor porte desta região tem sofrido esse tipo de efeito das faces da exclusão social que abordaremos a seguir.

- que propiciam alimento e geração de renda para a população ribeirinha. Compreende, também, um complexo de dunas e lagoas ao longo do Rio Doce.

A comunidade está situada nas adjacências do bairro da Redinha, que desde 1597 era citada nos documentos coloniais portugueses como o melhor porto de pescarias da Capitania, atravessando séculos como uma vila de pescadores. Em 1921, assumiu o status de praia de veraneio. Em 1938, incorporou-se ao município de Natal, transformando-se num subúrbio e praia de veraneio de Natal. O seu topônimo vem de “praia das redes”, por abrandamento “Redinha”.

3.2. A COMUNIDADE ÁFRICA

A Comunidade África é uma localidade carente, antes denominada de favela, que por razões políticas hoje é chamada de comunidade (pois é mais fácil para o poder público erradicar o termo favela para driblar a visualização da questão social), o que em nada contribuiu para a evolução da área, continuando dessa forma excluída e com as mesmas características de favela. Por outro lado, como já vimos anteriormente, quando o morador de “favela” se utiliza do termo “comunidade” para nomear seu lugar de moradia, ele reafirma esse lugar como uma unidade fechada, ele reafirma a particularidade do seu território em relação à cidade, negando o estigma que este carrega, mas aceitando e colocando esse estigma em outras favelas, reafirmando, portanto, o termo.

O fator predominante que distingue uma favela das muitas outras formas de moradia pobres é a ocupação ilegal da terra e por esse motivo o abandono e descaso do Estado em relação às condições básicas de moradia.

As favelas derivam da segregação econômica, porquanto, os altos preços dos aluguéis e dos terrenos acarretam a concentração da população de baixa renda que é excluída do mercado de trabalho, porém, necessita de moradia acessível e, às vezes, próxima ao local de subsistência, como no caso da Comunidade África, às margens de rios e mangues.

A comunidade África surgiu como uma dessas áreas carentes de intervenção de diversas ordens, desde uma proposta urbanística que beneficiasse a comunidade, através de implantação de diversos equipamentos sociais, passando por uma requalificação profissional, com o aproveitamento do potencial humano dos moradores, voltado para emprego e renda, até a legalização dos imóveis de uma forma geral.

Por se tratar de uma área localizada no limite do município e, portanto, bastante afastada do centro da cidade, foi lentamente ocupada por famílias, que foram vendendo suas residências nas áreas melhor localizadas no mesmo bairro da Redinha, localidade essa que tinha características iniciais de colônia de pescadores e de local de veraneio. Essas famílias não passavam de 150 na década de 70, alcançando um número em torno de 1500 na década de 90. Atualmente, existe em torno de 2600 famílias instaladas naquela comunidade.

Diversas são as histórias contadas pelos antigos moradores da localidade em relação à denominação e o próprio início da formação do núcleo urbano. Sabemos, no entanto, que o aglomerado cresceu e foi adquirindo identidade própria, e hoje se considera uma espécie de bairro, com demandas específicas e peculiares em relação às características físicas e sócio-econômicas do local.



Fotografia 2 – Aspecto de habitação construída com material reutilizado.

Fonte: MELO, agosto / 2004.

A foto acima (fotografia 2) nos remete ao tipo de habitação e às condições de moradia encontradas na comunidade África. Podemos ver que o tipo de construção é variada e completamente disforme.

As tabelas que se seguem, abaixo, dão uma visão do contexto sócio-econômico que existe na Comunidade África.

Tabela 1
População residente por sexo

Sexo	Número de pessoas	%
Feminino	3.342	48,77
Masculino	3.605	51,23
Total	7.037	100

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

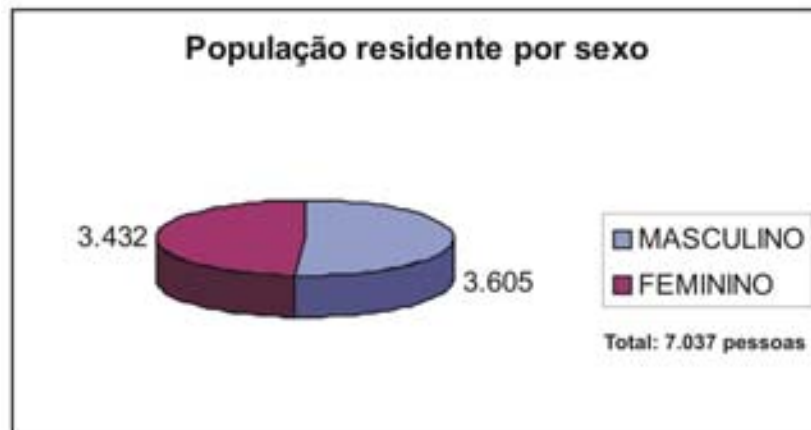


Gráfico 1: População residente por sexo.
Fonte: elaborado pela autora.

A partir de da tabela 1, podemos perceber que na comunidade África nós encontramos uma certa proporcionalidade entre os gêneros masculino e feminino, pois num universo de 7.037 pessoas, nós encontramos 3.605 homens e 3.432 mulheres.

Em relação à Comunidade como um todo, observamos na tabela 2, um alto índice de crianças de 0 a 14 anos, correspondendo a 38,51% do total daquela população e 5% de idosos, o que nos remete à necessidade de uma intervenção mais incisiva por parte do poder público no que se refere à questão da criança e adolescente e das políticas públicas que amparam o idoso.

Tabela 2
População residente por sexo e faixa etária

Faixa etária	Sexo		Total	%
	Masculino	Feminino		
0 a 4 anos	632	514	1.146	16,29
5 a 9 anos	445	411	856	12,16
10 a 14 anos	309	399	708	10,06
15 a 19 anos	396	286	682	9,70
20 a 24 anos	409	283	692	9,83
25 a 29 anos	325	326	651	9,25
30 a 34 anos	269	274	543	7,72
35 a 39 anos	231	233	464	6,60
40 a 44 anos	153	179	332	4,71
45 a 49 anos	106	130	236	3,35
50 a 54 anos	104	106	210	2,99
55 a 59 anos	71	94	165	2,34
60 anos e mais	155	197	352	5,0
Total	3.605	3.432	7.037	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

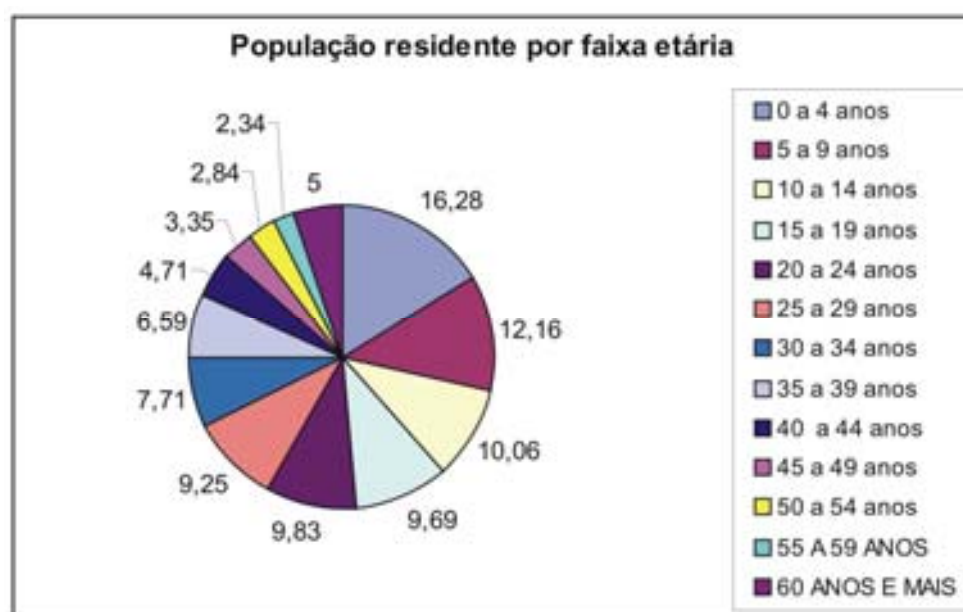


Gráfico 2: População residente por faixa etária.

Fonte: elaborado pela autora.

3.2.1. A educação na Comunidade África

Outro aspecto importante a ser citado é o que se refere à educação. A falta de acesso à educação é uma das faces mais graves da exclusão social na atualidade.

Nas tabelas que se seguem observamos nitidamente os problemas concernentes à deficiência dos serviços públicos de educação. As minorias são sempre deixadas de lado pelo poder público e podemos constatar que na periferia do município de Natal o número de escolas é cada vez menor em relação à densidade demográfica.

A comunidade África não é diferente do contexto supracitado, apresentando um baixo nível de instrução no que concerne à educação formal. Expressiva parcela dos chefes de família tem menos de 8 (oito) anos de estudo, ou seja, não completaram o ensino fundamental.

Segundo o IBGE,

[...] a seletividade social que caracteriza a instituição escolar está relacionada às disparidades regionais que persistem no país, ao longo do tempo. Implícita, também, está a noção de que a discriminação espacial reproduz as desigualdades de oportunidades educacionais (IBGE, 1995, p. 242).

É importante ressaltar que na comunidade só existe uma escola pública, de primeiro grau, cuja existência é recente. A mesma funciona em prédio alugado, tendo apresentado problemas em relação à locação do imóvel, prejudicando, com isso, o ano letivo de 2003.

Tabela 3
Pessoas responsáveis por domicílio por anos de estudo

Anos de instrução	Número de pessoas	%
0 a menos de 1 ano	342	23,28
1 a 3 anos	332	22,60
4 a 7 anos	445	30,30
8 a 10 anos	178	12,12
11 a 14 anos	147	10,0
15 e mais anos	25	1,70
Total	1.469	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

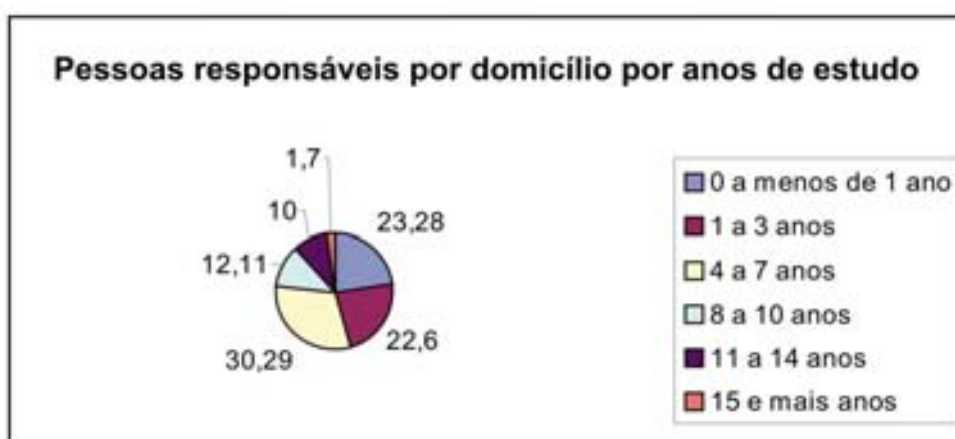


Gráfico 3: Visualização gráfica da tabela 3

Fonte IBGE, Censo 2000 - setores censitários 139, 164, 165, 166

Tabela 4
Pessoas residentes alfabetizadas com mais de 5 anos

Faixa etária	Sexo		Total	%
	Masculino	Feminino		
5 a 9 anos	169	217	386	8,31
10 a 14 anos	348	352	700	15,08
15 a 19 anos	337	384	721	15,53
20 a 24 anos	349	342	691	14,90
25 a 29 anos	266	301	567	12,21
30 a 34 anos	216	231	447	9,63
35 a 39 anos	151	213	364	7,84
40 a 44 anos	116	133	249	5,37
45 a 49 anos	73	77	150	3,23
50 a 54 anos	62	56	118	2,54
55 a 59 anos	35	50	85	1,83
+ de 60 anos	70	94	164	3,53
Total	2.192	2.450	4.642	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

Na tabela acima observamos que 38, 42% correspondente à parcela de 5 a 19 anos, tem mais de 5 anos de escola, talvez porque nessa faixa etária exista incentivos como a bolsa escola, além de outros.

A partir de 20 anos observamos um decréscimo no número de pessoas alfabetizadas e com uma respectiva inadequação da qualificação ao mercado.

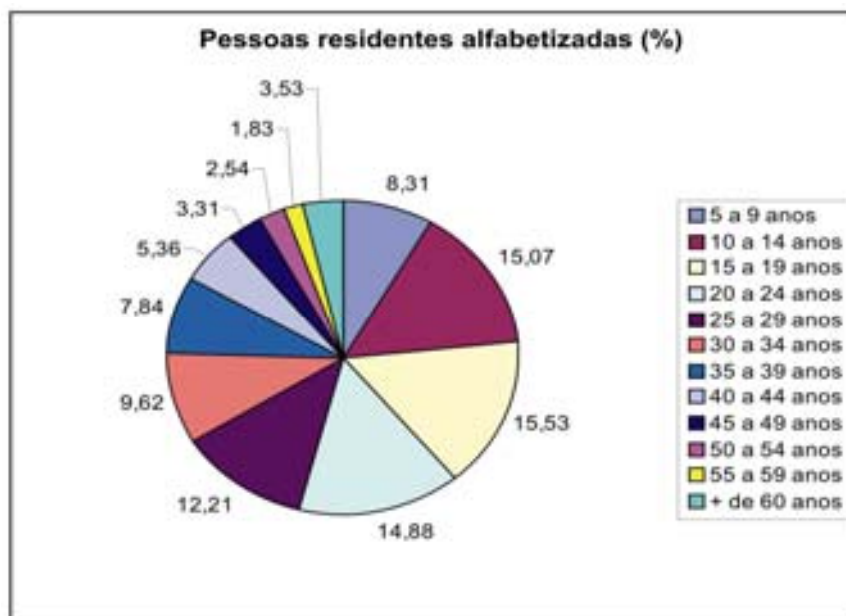


Gráfico 4: Visualização gráfica da tabela 4 por faixa etária.

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000 – Setores censitários 139, 164, 165, 166.

Tabela 5
Pessoas residentes não alfabetizadas com mais de 5 anos

Faixa etária	Sexo		Total	%
	Masculino	Feminino		
5 a 9 anos	307	268	575	33,87
10 a 14 anos	68	40	108	6,36
15 a 19 anos	52	20	72	4,24
20 a 24 anos	60	41	101	5,96
25 a 29 anos	40	44	84	4,95
30 a 34 anos	56	40	96	5,65
35 a 39 anos	60	49	109	6,42
40 a 44 anos	39	45	85	5,0
45 a 49 anos	39	51	90	5,3
50 a 54 anos	50	54	104	6,12
55 a 59 anos	36	44	80	4,71
60 anos ou mais	85	109	194	11,42
Total	892	806	1.698	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

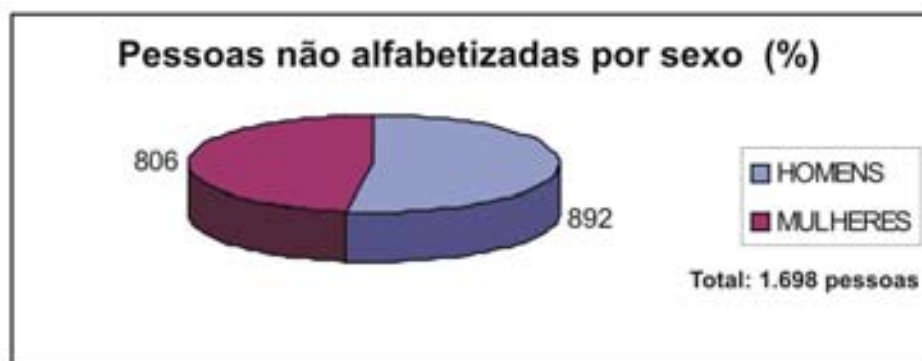


Gráfico 5 – visualização gráfica da tabela 5 por sexo.

Fonte: organizado pela autora

Outro fator que podemos observar in locum, nesta comunidade, é a grande desesperança que paira sobre eles, o que pode ser o motivo de encontrarmos 1.698 pessoas (segundo o senso) sem nenhum grau de escolaridade.

Em conversas informais, o que ouvimos é: Estudar para que? Se não existe um mercado de trabalho aberto a contratações efetivas?

Realmente é de certa forma utópico e constrangedor pregar esse tipo de coisa numa sociedade precária como a brasileira.

Os governos tem se guiado pelas políticas externas e se esquecido da população de baixa renda e da sociedade como um todo.

3.2.2. O emprego na Comunidade África

Outro problema digno de nota são os altos índices de desemprego causados, em grande escala, pela falta de acesso à educação e qualificação profissional compatíveis com as exigências do mercado, além da própria falta de postos de trabalho.

O desemprego tem crescido significativamente entre os excluídos. Em locais da periferia podemos ver famílias sobrevivendo de uma forma inimaginável, na

nossa sociedade. São famílias que, muitas vezes, sobrevivem de um sopão do governo duas vezes por semana. Ou, de uma bolsa-escola de 15 reais por filho.

Ao abordarmos a problemática do desemprego, é impossível desvinculá-lo do contexto econômico vigente, pois ele se dá de forma estrutural e é mais um reflexo do sistema capitalista atual.

Segundo registro do Serviço Social, no Programa do Leite da Unidade de Saúde da Comunidade África, o perfil da Comunidade indica um grande número de desempregados. A parcela empregada trabalha como biscateiros, pescadores, empregadas domésticas, lavadeiras, vendedores, ambulantes, operários da construção civil, entre outros. Observamos, portanto, uma predominância de ocupações informais e de baixa remuneração.

O número de pessoas responsáveis pelos domicílios, que apresentam rendimento de 0 a 2 salários mínimos, atinge o índice de 77,38%.

Tabela 6
Pessoas responsáveis por domicílios e seus rendimentos mensais

Rendimento Mensal	Número de pessoas	%
Sem rendimentos	134	9,04
Até ½ salário mínimo	43	2,90
De ½ a 1 salário mínimo	529	35,70
De 1 a 2 salários mínimos	441	29,76
De 2 a 3 salários mínimos	110	7,42
De 3 a 5 salários mínimos	120	8,10
De 5 a 10 salários mínimos	73	4,92
De 10 a 15 salários mínimos	21	1,42
De 15 a 20 salários mínimos	06	0,40
Mais de 20 salários mínimos	05	0,34
Total	1.482	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

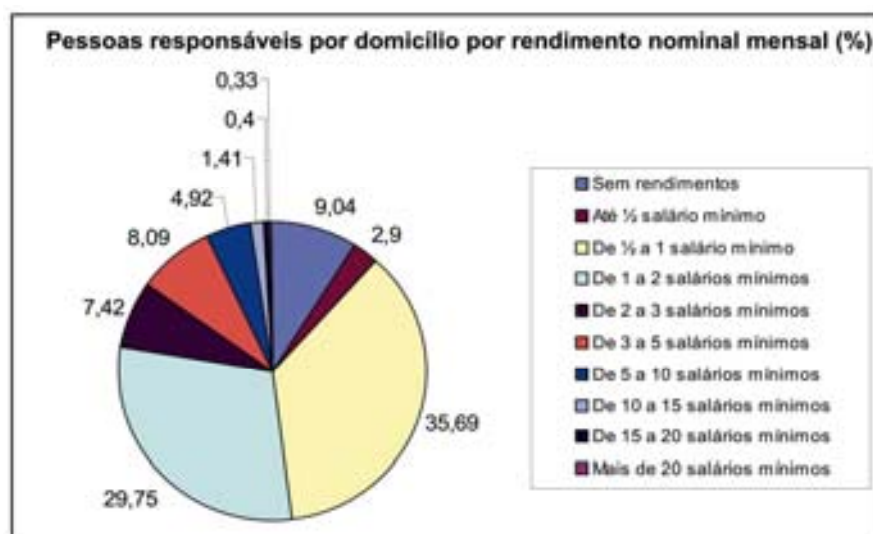


Gráfico 6: Visualização gráfica da tabela 6.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Setores censitários 139, 164, 165, 166.

3.2.3. Moradia na Comunidade África

No que concerne à moradia, esta tem sido uma questão difícil de ser dirimida pela comunidade.

Enquanto em algumas áreas da cidade surgem ou crescem novos bairros ricos, com residências moderníssimas, em outras, como é o caso da Comunidade África, multiplicam-se as favelas.



Fotografia 3: Aspecto do abandono da Comunidade África.
Fonte: MELO, agosto / 2004

A foto acima (fotografia 3) nos remete à Comunidade África no período de chuvas, percebendo-se nitidamente o descaso e o abandono da área por parte do Poder Público.

Assim, com relação ao regime de ocupação da área, observamos um dos maiores percentuais de domicílios próprios da Zona Norte. Essa situação foi devida ao fato da maior parte dos terrenos terem sido adquiridos através de ocupação ou doados pela Prefeitura.

Quanto ao tipo, existem casas de tijolos, de taipa e de materiais aproveitados. A maioria possui banheiro, mas ainda registramos domicílios sem essa benfeitoria. (fotografia 4)



Fotografia 4: Aspecto da falta de infra-estrutura na Comunidade África
Fonte: MELO, agosto / 2004.

De acordo com os dados do IBGE, o abastecimento d'água através da rede geral cobre 89,32% dos domicílios. Um dado importante é a existência de 85 poços, correspondendo a 5,53% dos domicílios (tabela 7).

Segundo dados do programa agentes comunitários de saúde (PACS) do ano de 2002, 41,81% dos domicílios utilizavam água filtrada, 15,76% usavam cloração e 39,63% não davam nenhum tipo de tratamento à água antes de utilizá-la para o consumo (tabela 8).

Quanto ao destino dos dejetos, verificamos que a área não é servida por rede de esgoto. A coleta pública do lixo é utilizada pela maioria dos domicílios. Mas ainda registramos os domicílios que jogam lixo a céu aberto, ou queimam (Tabela 9).

Tabela 7
Abastecimento de água e dos domicílios segundo o tipo de abastecimento

Tipo de abastecimento	Número de domicílios	%
Rede geral	1.373	89,33
Poço	85	5,53
Outros	79	5,14
Total	1.537	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

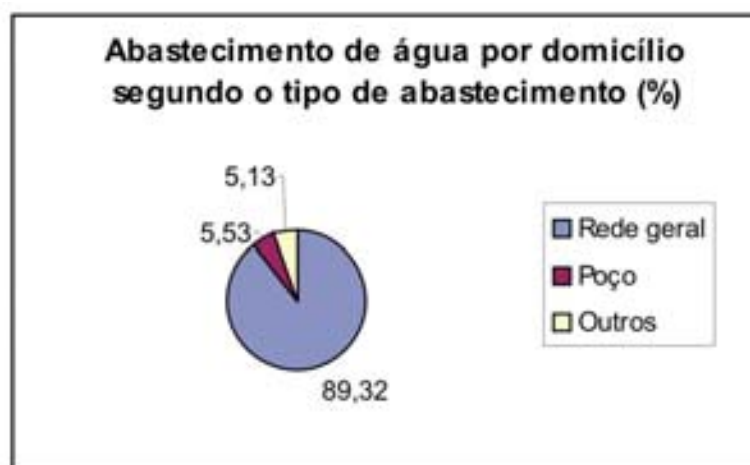


Gráfico 7: Visualização gráfica da tabela 7.

Fonte: organizado pela autora

Tabela 8
Tratamento de água no domicílio por tipo de tratamento

Tipo de tratamento	Número de domicílios	%
Filtração	268	41,81
Fervura	18	2,81
Cloração	101	15,76
Sem tratamento	254	39,62
Total	641	100

Fonte: PACS/2002.

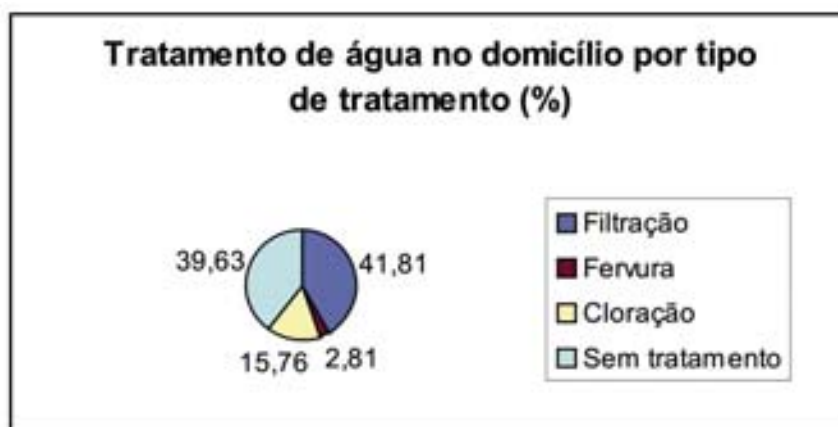


Gráfico 8: Visualização gráfica da tabela 8
Fonte: PACS/2002, organizado pela autora.

Tabela 9
Destino do lixo por domicílio

Destino do lixo	Número de domicílios	%
Coleta pública	1.369	89,07
Queimado	45	2,93
Jogado a céu aberto	81	5,27
Outros	42	2,73
Total	1.537	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000 – setores censitários 139, 164, 165, 166.

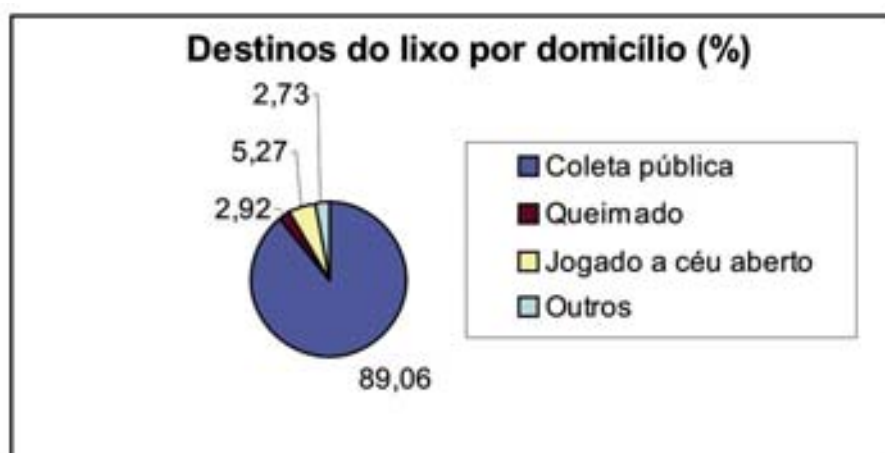


Gráfico 09: visualização gráfica da tabela 9
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 – Setores censitários 139, 164, 165, 166.

3.2.4. Saúde na Comunidade África

A questão da saúde é outro aspecto a ser discutido. A população é atendida pelo posto de saúde da comunidade, que acolhe seus usuários ainda de forma precária, como a maioria dos postos de saúde do município.

As doenças mais comuns na área abrangida pela comunidade África são as seguintes: IRAs (infecções renais), verminoses, dermatites, cáries dentárias, hipertensão arterial e diabetes.

Considerando que a maioria dessas patologias estão intimamente relacionadas com as condições sanitárias, podemos afirmar que essa realidade só terá uma melhoria significativa quando forem priorizadas ações de caráter mais geral, como implementação da rede de esgotos, drenagem, calçamento e ações de preservação ambiental.

De acordo com os dados do departamento de epidemiologia da SMS (Secretaria Municipal de Saúde), explícitos na tabela 10 abaixo, os casos de maior expressão notificados no Centro de Saúde são relativos a Doenças Sexualmente Transmissíveis. Esses casos podem ser evitados com ações simplificadas como o fornecimento de preservativos associado às ações educativo-preventivas.

Tabela 10
Casos notificados pelo Centro de Saúde da Comunidade África em 2001

Doenças	Masculino	Feminino	Total
Tricomoníase	0	14	14
Condiloma acuminado	0	7	7
Meningite	1	0	1
Síndrome do corrimento cervical	0	3	3
Outras afecções, inflação da vagina ou vulva	0	24	24
Total	1	48	49

Fonte: SMS, 2001.



Gráfico 10: Visualização gráfica da tabela 10.

Fonte: SMS, 2001.

Os problemas da Comunidade África vão desde ambientais, pois está situada em área de mangues, dunas e rios, até problemas relacionados à saúde, em que prevalecem doenças resultantes das péssimas condições sanitárias.

A comunidade África não possui rede de esgotos. Assim sendo, de acordo com o seu perfil epidemiológico feito pelo Centro de Saúde nela sediado, 78% dos domicílios têm fossa e 11% lançam os dejetos a céu aberto, fato este que prejudica

o meio ambiente, já que a comunidade está localizada em cima de dunas que tem em seu entorno, mangues, lagos e rios.

A dinâmica e complexidade da problemática ambiental vêm exigindo articulações cada vez mais desafiadoras, com o reconhecimento de que torna-se fundamental a identificação de políticas, instrumentos e mecanismos mais eficazes para conjugar progresso tecnológico, crescimento econômico, sustentabilidade dos ecossistemas e equidade social.

Para isso é necessário que se planeje e execute projetos com a finalidade de melhorar o estado de nutrição da população; dar prioridade aos problemas de prevenção de doenças; dar assistência aos aposentados; programar serviços de assistência às mães, às crianças e aos inválidos e divulgar as diversas medidas de combate às doenças.

Por conseguinte, os programas de combate e de prevenção às doenças são as atividades mais importantes a serem consideradas na melhoria do nível de vida dos habitantes pobres.

Além disso, pelo que já foi analisado, grande parte da população da Comunidade África tem baixa escolaridade e baixa remuneração, conseqüentemente não conseguindo adquirir o mínimo para a sua sobrevivência digna. Moram em condições insalubres, passíveis de agressões, alimentando um ciclo de contaminação do meio ambiente que o cerca.

3.2.5. Novas perspectivas sobre a situação fundiária da Comunidade África

No caso da Comunidade África, existe um estudo realizado pelo CREA/RN, em parceria com a Prefeitura do Natal, que enfoca a Regularização

Fundiária na cidade. Nele constam considerações importantes e necessárias para elaboração da regulamentação urbanística da Comunidade “África”, localizada no bairro da Redinha, Região Norte de Natal. O mesmo também fornece subsídios a outras ações que se fazem necessárias para melhoria da qualidade de vida da população local.

Essa área, segundo o CREA/RN, está sendo considerada como uma experiência “piloto” para traçar as primeiras diretrizes de condução do processo fundiário na cidade, por se tratar de um aglomerado urbano com padrão diferenciado do tecido urbano do bairro (Redinha).

A idéia defendida por este projeto é iniciar um processo que busque resgatar a cidadania da população menos favorecida da cidade, observando um direito garantido por Lei, cabendo aos agentes públicos promovê-lo e conduzi-lo da melhor maneira possível.

Sabemos que, na realidade, o que ocorre por parte do governo é um conflito de interesses, pois essa área sofre paradoxalmente a ausência de ações deste no sentido de preservá-la, haja vista tratar-se de uma área de preservação ambiental.

Natal conta com um instrumento normativo do solo urbano bastante avançado em termos de legislação. No entanto, a sua efetivação não acompanhou a evolução da cidade, ficando vários instrumentos importantes a serem regulamentados, dentre estes, as Zonas Especiais de Interesse Social (AEIS).

Com as perspectivas oriundas das novas ferramentas contidas no Estatuto das Cidades, vislumbrou-se a possibilidade de promover a Regularização Fundiária em diversas áreas da cidade, permitindo a inserção da população de baixa renda na cidade legal, passando esta a exercer a cidadania, na sua plenitude.

Olhando a política regulatória sobre essa realidade, verificamos que, embora o princípio integrador no ideário da reforma urbana tenha orientado boa parte do aparato legal, a ausência, na prática, de políticas efetivas de regularização fundiária no Rio Grande do Norte e a difusão das ocupações ilegais nas áreas consolidadas e dos loteamentos clandestinos nas áreas de expansão, evidenciam a continuidade da histórica política de omissão por parte do Estado em relação à produção do espaço urbano popular. A regularização fundiária no Rio Grande do Norte vem se dando através do mercado imobiliário, a reboque da produção empresarial, que ao expandir suas fronteiras em direção à periferia, incorpora novas glebas à cidade legal. A política de urbanização de favelas, implementada no Município de Natal, enquadra-se perfeitamente nessa “lógica regulatória”. Trata-se de uma política de integração do ambiente construído das favelas ao mercado formal do bairro, através de intervenções urbanísticas e de provimento da infra-estrutura. Nesse caso, a regularização seria uma conseqüência “natural” dessa integração.

3.2.6. A Comunidade África e a questão social contemporânea

Pelo que acabamos de discutir a respeito da Comunidade África, entendemos que é necessária uma reflexão sobre as transformações resultantes da questão social e as respostas da sociedade civil e do Estado. A questão social está vinculada às desigualdades e antagonismos estruturais e conjunturais através de sua materialização histórica na concretização dessas desigualdades e das respostas da sociedade com os sujeitos envolvidos no processo de produção da vida social.

O capitalismo é o regime onde esses antagonismos e desigualdades se apresentam através do processo de acumulação do capital e exploração do trabalho.

O desemprego estrutural e massivo, a precarização das condições de trabalho, as demais desigualdades e a exclusão social demonstram a organização e as transformações do capitalismo.

Carvalho (1998) comenta a problemática do emprego (desemprego e precarização do trabalho) como responsável pela “vulnerabilidade de massas”, a desestabilização de áreas de emprego e o surgimento do novo individualismo, onde o indivíduo desiste de seu lugar de ator social.

Na comunidade África, a problemática do emprego é algo repleto de nuances excludentes que se refletem na miséria amplamente observada.

A maioria dos moradores dessa comunidade está à margem do sistema econômico, que exige qualificação profissional e experiência, aspectos que o Estado não priorizou ao longo de suas administrações nesta cidade.

Esses três processos: desmontagem da sociedade salarial, desmontagem da ordem trabalho e vulnerabilidade de massas, são os três pontos da “cristalização” da nova questão social, permeada pela desestabilização dos estáveis, pela instalação da precariedade e pelo “déficit de lugares” na sociedade que leva o indivíduo à inutilidade e à exclusão.

Então resta para o indivíduo o “déficit de lugares sociais”, a não cidadania, o reconhecimento de sua inutilidade social e a perda da sua identidade pela ausência do trabalho. “Resta-lhe forjar uma identidade na violência”, resta-lhe o sobreviver quando o indivíduo tem direito à vida em toda a sua plenitude.

**4. A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO E SUAS
CONSEQÜÊNCIAS NO MEIO AMBIENTE NO
ÂMBITO DA COMUNIDADE ÁFRICA.**

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crise da modernidade vem se espalhando, passo a passo, nas muitas esferas de nossa sociedade: nas instituições, na política, na economia, na ciência, no estado, no indivíduo, na civilização, nos valores.

Encontramo-nos em meio a um estado de crise generalizada, e percebemos que sua origem repousa no modelo de indivíduo e de mundo no qual estamos inseridos, que se remete à gênese do capitalismo. Temos, normalmente, a tendência a interpretar a crise pelo aspecto negativo de que algo não está bem. Esta concepção é própria do pensamento reducionista/simplista, que vê equilíbrio somente na ordem. Mas o que é a ordem?

Nosso entendimento é que a crise também comporta um conteúdo revelador, capaz de gerar rupturas e transformações.

O pensamento ecológico, por sua vez, abre um leque infindável no relacionamento do indivíduo com a sua vida, com os seus paradigmas, com os seus métodos, com a natureza, com a sociedade, com a tecnologia, com a humanidade, num todo.

Na Região Norte, onde localiza-se a Comunidade África, o processo de expansão urbana tem sido espontâneo, com a ocupação das margens dos rios, lagoas e das margens de rodovias. Constatamos grande interferência do homem na paisagem, devido ao movimento migratório rumo à esta. Entretanto, a infra-estrutura urbana não acompanhou esse crescimento, tendo no aumento das favelas uma das principais conseqüências desse processo.

Segundo Costa (2000), a Região Norte caracteriza-se não só por ser uma área destinada a diversos serviços de infra-estrutura, como também por possuir um

solo urbano que não apresenta uma boa valorização imobiliária em relação a outras áreas. Inicialmente, seu crescimento deu-se nas imediações do estuário do Potengi/Jundiaí, surgindo, assim, o bairro de Igapó.

Trata-se de uma forma de ocupação de baixa renda, segundo os padrões socioeconômicos atuais da sociedade, no qual evidenciou-se a aceleração do processo de ocupação dessa área, com a criação de conjuntos habitacionais.

Em decorrência dessa expansão unida à desigualdade e à exclusão, surgiram as favelas que se tornaram verdadeiros guetos de marginalidade, excluídos de uma parcela da sociedade (a região norte), que historicamente já é excluída no que concerne à infra-estrutura e aos direitos básicos.

Sendo assim, podemos ver que a desigualdade e exclusão sociais, citadas no desenvolver deste trabalho e que se manifestam na Comunidade África, estão prejudicando o meio ambiente local. Observamos que essa comunidade está situada em cima de dunas, que se constituem em ambientes frágeis quanto ao equilíbrio ecológico, e que são de grande importância para a recarga das águas subterrâneas e alimentação de rios, riachos e lagoas costeiras. Sabemos que sua cobertura vegetal é responsável pela estabilização das areias e amenização do clima.

No caso da Comunidade África, por esta encontrar-se inserida neste processo de desigualdade e exclusão social, podemos ver tais conseqüências de forma concreta. Nela detectamos uma degradação direta e indireta.

Direta quando, por exemplo, desmatam a vegetação litorânea para utilizar a lenha, e indireta quando fazem fossas que poluem os lençóis freáticos desta área.

Sabendo-se que,

em relação ao uso do solo urbano, se este não for utilizado de forma devida, podem acontecer alterações pequenas ou em proporções cada vez maiores, provocando desequilíbrios. Tais desequilíbrios podem resultar em alterações indesejáveis (poluição) dos recursos do solo, ar e água, com prejuízos à população. E isto sempre ocorre quando o disciplinamento do uso do solo é feito sem considerar aspectos ambientais, não levando em conta princípios básicos de saneamento (MOTA 1981, p. 12).

O homem, por sua vez, em busca do seu bem estar e até mesmo de sua sobrevivência, ao fazer construções irregulares em áreas de proteção ambiental, como é o caso da Comunidade África, está proporcionando o desequilíbrio de todo um processo de vida e bem estar das gerações futuras, alterando a qualidade dos lençóis freáticos, dos rios e mangues que estão em seu contexto ambiental.

4.2. A COMUNIDADE ÁFRICA COMO ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

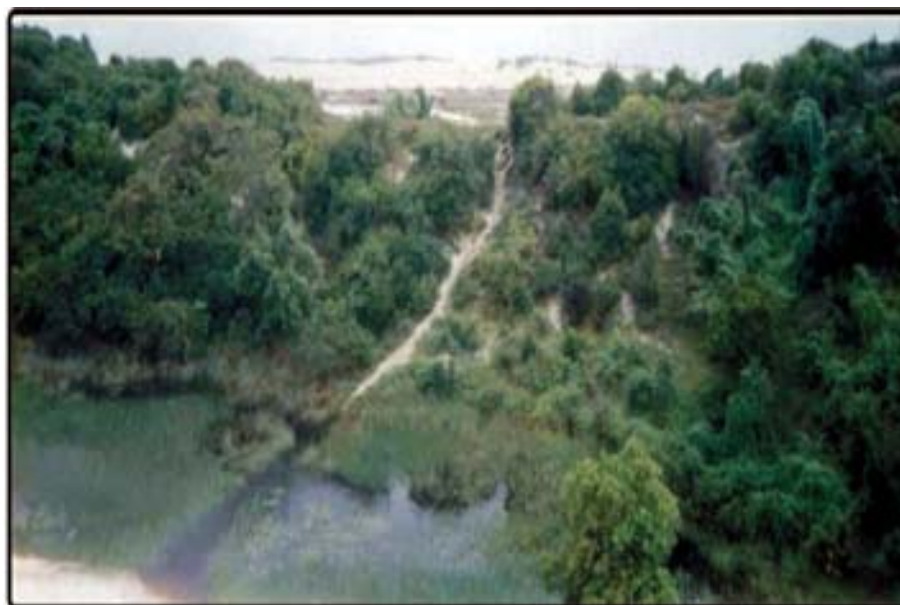
As áreas de proteção ambiental (APAS) são destinadas à proteção ambiental, visando assegurar o bem-estar das populações humanas e a conservação ou melhoria das condições ecológicas locais. (SEMURB, 2003)

Respeitados os princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o poder executivo poderá criar Áreas de Proteção Ambiental, estabelecendo normas que limitem ou proíbam a implantação ou o desenvolvimento de atividades que afetem as características ambientais dessas áreas, suas condições ecológicas ou ainda que ameacem extinguir as espécies da biota regional. (SEMURB, 2003)

Nesse sentido, a APA (fotografia 5) é uma Unidade de Conservação que visa a proteção da vida silvestre e a manutenção de bancos genéticos, bem como dos demais recursos naturais, através da adequação e orientação das atividades

humanas na área, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. (SEMURB, 2003)

Trata-se de uma forma de conservação que disciplina o uso e a ocupação do solo, através do zoneamento, procedimentos de controle e fiscalização, programas de educação e extensão ambiental, cujo encaminhamento se dá em articulação com os órgãos do poder executivo, com as universidades, os municípios envolvidos e as comunidades locais.



Fotografia 5: Aspecto da APA que está sendo invadida pela população de baixa renda
Fonte: MELO, agosto / 2004.

A respeito da área geográfica que compõe a Comunidade África, podemos ver que ela está teoricamente salvaguardada pelos dispositivos legais oficiais, embora, na prática, não seja exatamente o que constatamos na aludida área. (fotografia 6)



Fotografia 6: Aspecto da zona de proteção ambiental ocupada por moradores da Comunidade África.

Fonte: MELO, agosto / 2004.

Na comunidade vemos que essas zonas de vida silvestre não estão sendo integralmente preservadas, pois a cada dia observamos novas construções de barracos e o aumento da degradação ambiental no local.

Entretanto, ainda no caso da comunidade, existem relatos de que esta área foi zoneada antes de sua total ocupação, mas por descaso do poder público ela foi e está sendo periodicamente ocupada, sem restrições ou impedimentos físicos, como a simples existência de uma cerca que delimite e proteja essa área.

Atestamos que a especulação imobiliária é um dos fatores que ajudam a “corroer o meio ambiente”, pois com “a legalização” de áreas ilegais, a população residente, na comunidade, vende os seus barracos e avança sobre as dunas em busca de novas formas de exploração do solo. (fotografia 7)



Fotografia 7: Casa à venda na zona de proteção ambiental.
Fonte: MELO, julho / 2004.

Assim, já podemos ver residências que foram compradas em seus arredores para servirem de casas de veraneio ou até mesmo como moradia fixa de pessoas melhor aquinhoadas, pelo fato da Comunidade África estar localizada no bairro da Redinha que, aos poucos, tem tido uma sensível valorização imobiliária incentivada pela urbanização deste.

Assim, a área de proteção ambiental que foi cedida pelo governo para amenizar a questão da moradia, em Natal, aos poucos se torna área particular, onde a cada dia atestamos a ocupação de veranistas ou mesmo novos moradores que continuam esse processo de degradação do meio ambiente e estimulam a invasão das áreas ainda não ocupadas da região. (fotografia 8)



Fotografia 8: Aspecto das casas construídas no local onde havia barracos.

Fonte: MELO, julho / 2004.

A ZPA nº 8, onde está localizada a Comunidade África, corresponde à área do estuário do Potengi/Jundiá, bem como manguezais próximos, considerados como ecossistemas litorâneos de grande importância ambiental e sócio-econômica.



Figura 2: Localização da Zona de Proteção Ambiental nº 8 e 9.
Fonte: PDN/94 e Regulamentos (NATAL, 2002).



Figura 3: Delimitação do uso e ocupação do solo na Comunidade África.
Fonte: CREA/RN – 2004.

4.3. DUNAS E LAGOAS

As dunas são classificadas basicamente em paleodunas ou fixas e dunas móveis. As paleodunas são fixadas pela vegetação e as dunas móveis são aquelas que se formam, atualmente, em conformidade com a ação dos ventos. (NUNES, 2000)

Essas formações dunares são encontradas ao longo do rio Doce, especialmente contornando as lagoas. Em alguns locais, alcançam dimensões notáveis, visto que sua frente pode chegar até quarenta metros acima do substrato da formação barreiras. (NUNES, 2000)

Os impactos das atividades humanas sobre as lagoas naturais, associados ao sistema estuário Potengi/Jundiaí e seus ambientes marginais, podem ser detectados em função de fatores como o avanço da urbanização, transformando completamente a paisagem natural.

Em grande parte da área lacustre da Zona Norte, a estabilidade da duna é marcada pela presença da vegetação nativa: cajueiros, coqueiros e outras plantas frutíferas, comumente cultivadas pela população local. (NUNES, 2000)

Todavia, a presença dessas plantações e das atividades desenvolvidas nessa área, em alguns trechos, vêm provocando a desestabilização das dunas.

Atualmente, a vegetação nativa das dunas está em processo de devastação devido ao desmatamento para ocupação urbana, provocando uma mudança na capacidade de infiltração, característica dessa unidade de paisagem. A infiltração aumenta a capacidade do aquífero, que é de grande relevância para o abastecimento de Natal. (SEMURB, 2003)

Sua grande importância como manancial subterrâneo, é em função tanto da velocidade de escoamento, que se renova sazonalmente, alimentando as lagoas costeiras, riachos e rios, através da infiltração rápida e direta das águas das chuvas, como também, constituindo-se em fonte permanente de recarga do aquífero Barreiras. Além de funcionar como barreira hidráulica, impedindo o avanço da cunha salina (águas do mar) para o continente.

Embora a qualidade da água do aquífero livre possua excelentes condições físico-químicas para o consumo da população, é desaconselhável o seu uso doméstico devido à susceptibilidade deste aquífero, em ser contaminado por afluentes sanitários (fossas sépticas), (...) que por causa da subsuperficialidade do lençol freático está sendo contaminado por coliformes fecais, originando-se em ambientes de proliferação de bactérias e vírus, gerando riscos de doenças pela poluição hídrica (NUNES, 2000, p.18).

A vegetação existente na região costeira se apresenta bastante descaracterizada em relação às condições ambientais, em razão da perda da cobertura florestal natural, aumentando os problemas da própria comunidade. Em muitas áreas, a cobertura florestal primitiva foi reduzida a espaços remanescentes, sendo que grande parte da área encontra-se bastante prejudicada pela retirada de madeiras para construção de barracos e para utilização da lenha. (fotografia 9)



Fotografia 09: Aspecto dos barracos que se multiplicam. (madeira extraída do mangue).

Fonte: MELO, agosto / 2004.

O problema da retirada da vegetação das dunas criou uma condição de instabilidade grave. Podemos observar, nitidamente, o assoreamento que está ocorrendo nas lagoas naturais daquelas adjacências, onde o material dunar é carregado, tanto devido à ocupação desordenada, quanto à destruição da cobertura vegetal. O aludido material carregado e depositado no fundo destas lagoas vem contribuindo para a diminuição acelerada da profundidade das mesmas, podendo até mesmo acarretar a extinção destas. (fotografia 10)



Fotografia 10: Aspecto de parte da duna que ainda não foi ocupada.
Fonte: MELO, agosto / 2004.

Além disso, a ocupação da área em estudo trouxe o problema da impermeabilização do solo através do lixo depositado negligentemente a céu aberto. O aterramento para a abertura de ruas, bem como a continuada passagem de veículos são, igualmente, responsáveis pelo problema supracitado.

Apesar de sua importância para o abastecimento da cidade e da excelente condição físico-química para o consumo doméstico, as águas subterrâneas estão sujeitas à poluição, devido a ações impactantes sobre a

superfície do solo. Essas águas podem ser contaminadas por efluentes sanitários e lagoas de captação de águas pluviais, que recebem esgotos “in natura”, ligados clandestinamente às galerias pluviais. Atestamos pouca preocupação acerca dos riscos de contaminação da água subterrânea, na comunidade, por parte dos órgãos públicos ambientais e de planejamento urbano.

4.4. MANGUES

O mangue é classificado como formação típica de litoral, sob ação direta das marés.

O mangue, devido ao acúmulo de material orgânico, característica importante desse ambiente, garante alimento e proteção para a reprodução de inúmeras espécies marinhas e terrestres. (SEMURB, 2003)

A Comunidade África é próxima a manguezais (fotografia 11), que funcionam como áreas propícias à presença de várias espécies, entre as quais: camarões, caranguejos, mariscos, ostras, e muitas espécies de peixes, mantendo um ciclo produtivo entre o estuário e o mar. Protegem também a costa da erosão marinha e retêm sedimentos, evitando, assim, o assoreamento de áreas circunvizinhas.



Fotografia 11: Aspecto que ilustra a pesca na região do manguezal pelos moradores desta comunidade.

Fonte: MELO, agosto / 2004.

Assim, os mangues oferecem proteção tanto contra a ação dos ventos, como da erosão provocada por correntes costeiras, já que permitem que a matéria orgânica e inorgânica em suspensão se estabilize nas suas áreas.

Nessa comunidade podemos constatar que o mangue (fotografia 12) é um ecossistema extremamente explorado, pois, além da pesca, os moradores utilizam a lenha originária do mesmo, provocando, conseqüentemente, o aumento da evaporação da água e da salinização do solo, além da diminuição da área produtiva e morte de espécies da fauna e da flora.



Fotografia 12: Aspecto do manguezal existente nos arredores da Comunidade África.

Fonte: MELO, agosto / 2004

4.5. RIOS

Como observamos na fotografia a seguir, a Comunidade África está situada nas margens do rio Doce. Nesta área, a maior parte da vegetação do mangue foi destruída, restando pequenas áreas arborizadas, situadas nas suas margens.



Fotografia 13: Aspecto do rio doce e o descaso por parte da população.

Fonte: MELO, agosto / 2004.

Notamos também o descaso da população ribeirinha com a conservação desse manancial, pois, ao visitarmos o local, constatamos que esse rio é poluído sob diversas formas, sendo utilizado tanto para dar banho em animais, como cachorros e cavalos, quanto para lavar caminhões (fotografia 13), que liberam grande quantidade de óleo no mesmo.

Para a maior parte dessa população ribeirinha, a atividade de maior proeminência é a pesca, que pelas suas características artesanais pode ser considerada como de subsistência. Normalmente, esta população utiliza o rio e o mangue que ainda restam, como fonte de obtenção de alimentos, predominando a captura de peixes, que em grande parte são comercializados. A captura de crustáceos (camarões e caranguejos) é também uma atividade bastante desenvolvida, seguida da extração de moluscos (ostras).

4.6. DRENAGEM E CONTROLE DE ENCHENTES

O que podemos perceber na Comunidade África é que não existe um sistema de drenagem e controle de enchentes. (fotografia 14)

Como constatamos na fotografia 15, o problema cresce a cada dia com o aparecimento de novas construções irregulares, que agredem a estrutura natural da região, causando esse tipo de ocorrência.



Fotografia 14: Aspecto das ruas da comunidade: sem drenagens, nem controle de enchentes.

Fonte: MELO, julho / 2004

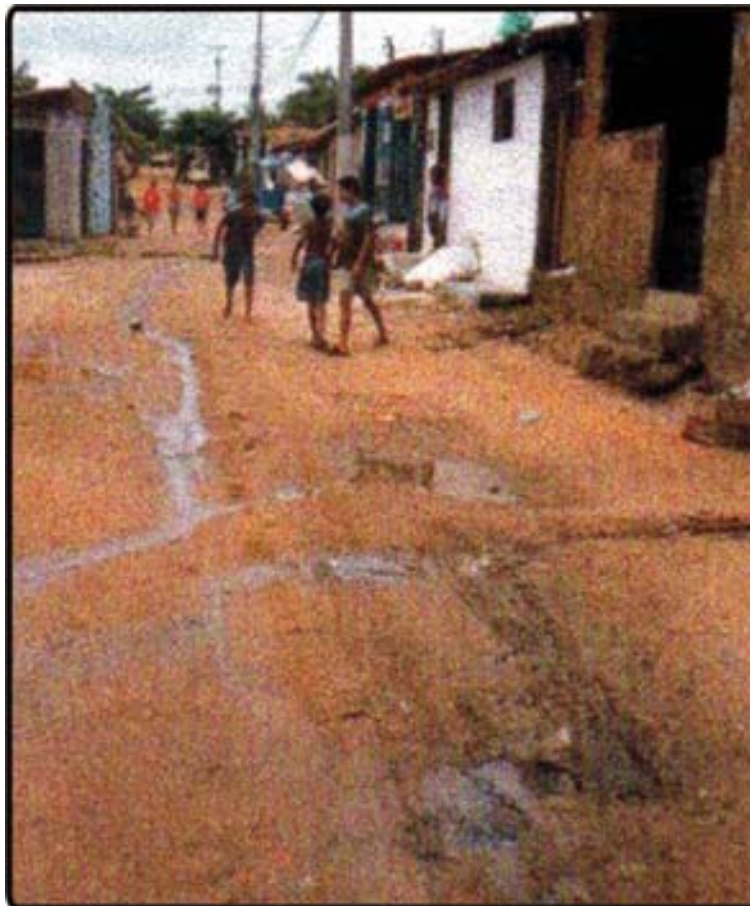


Fotografia 15: Aspecto da inacessibilidade existente na Comunidade África em tempos de chuvas.
Fonte: MELO, agosto / 2004

4.7. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O planejamento urbano tem defendido critérios sociais, econômicos e culturais, mas muito pouco tem sido feito sob o aspecto ecológico.

A localização de residências (uso residencial) em áreas com solos inadequados à utilização de sistema de fossas - sumidouro (terrenos impermeáveis ou com lençol freático próximo à superfície) pode criar muitos problemas aos seus moradores, quando não existirem sistemas adequados de abastecimento de água e de afastamento de esgoto.



Fotografia 16: Aspecto do esgoto a céu aberto.
Fonte: UFRN, 2003.

A expansão acelerada e desordenada identificadas na área da comunidade refletem a ausência de planejamento físico-territorial urbano, comprometendo as tentativas de ordenamento da ocupação deste espaço. Constatamos a ausência de saneamento básico, sendo utilizado o sistema de fossas sépticas e sumidouros (em número reduzido), fossas negras, além de lagoas que recebem esgotos clandestinos.

Sabemos que o “saneamento” local, que constitui-se de fossas “caseiras”, sem nenhum tipo de tratamento, pode vir a contaminar o aquífero com micro-organismos e produtos da bio-degradação dos excrementos humanos, como os

nitratos, que constituem o componente mais perigoso para a contaminação das águas subterrâneas.

4.8. DESTINAÇÃO DO LIXO

O serviço de coleta de lixo não atinge toda a população da Região Norte, principalmente nas proximidades das lagoas, onde o lixo é jogado nos terrenos baldios (fotografia 17), transformando-os em pólos disseminadores de insetos e roedores, agentes transmissores de doenças contagiosas. O lixo concentrado em tais terrenos é diretamente responsável pela contaminação da água e dos solos.

Além disso, o lixo em processo de decomposição é absorvido e tende a contaminar as águas subterrâneas e os solos com substâncias tóxicas.



Fotografia 17: Aspecto de um dos pontos da comunidade que agrega o lixo.

Fonte: MELO, julho / 2004.

MOTA alerta para esse problema afirmando que,

quando o lixo é despejado a céu aberto, a poluição do solo pode resultar em: aspecto estético desagradável; maus odores, resultantes da decomposição dos detritos; proliferação de insetos e roedores, transmissores de doenças; impossibilidade de acesso das pessoas, podendo ocasionar doenças por contato direto, poluição subterrânea ou superficial, através da infiltração de líquidos e carreamento de impurezas por escoamento superficial (MOTA, 1981, p. 32).

Assim, essa dura realidade faz da Comunidade África um local insalubre, pois os “depósitos” a céu aberto ainda são o principal método de disposição de lixo nas áreas que se encontram na ZPA, devido ao difícil acesso da urbana aos locais de dunas. Essa destinação inadequada acarreta uma série de problemas para a saúde (pública) humana e para a produtividade, além do desperdício de recursos que poderiam ser utilizados (reciclagem) e do comprometimento de reservatórios naturais (rios, etc).

4.9. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pelo exposto, destacamos a importância de repensarmos nossas atitudes em relação ao meio ambiente, pois para que ele seja preservado torna-se necessário que “nós”, cidadãos comuns, também façamos a nossa parte, que não fiquemos apenas esperando por ações dos que detêm o poder. A melhoria da qualidade ambiental depende de todos nós, do exercício de nossa cidadania. E o pesquisador tem um papel fundamental neste processo.

O desenvolvimento sustentável é um processo de ampliação do campo de oportunidades oferecidas à população de um país, de tal forma que, atendendo da melhor maneira possível às necessidades das gerações atuais, se preserve a

capacidade e possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

A Comunidade África, entre outras coisas, requer que seja trabalhada a questão do desenvolvimento sustentável como um todo, que vai desde a questão ambiental às questões sociais.

No caso da comunidade África, será interessante tratarmos o desenvolvimento local integrado e sustentável a uma nova dinâmica socioeconômica capaz de, a partir do local de encontro de ações Estado *versus* sociedade, independentemente de tamanho, potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais que ali podem ser mais facilmente celebradas, e da convergência e integração das políticas e dos programas coincidentes.

Desta forma, a educação ambiental, enquanto processo participativo, se identifica como um instrumento de revisão dos conceitos sobre o mundo e a vida em sociedade, conduzindo o ser humano e a coletividade à construção de novos valores sociais, na aquisição de conhecimentos, atitudes, competências e habilidades para a conquista e a manutenção do direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O desafio que se coloca para a educação ambiental é o de criar condições para a participação dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas para o meio ambiente, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural.

Neste sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervirem no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que sociedade não é lugar da harmonia, mas, sobretudo, lugar dos conflitos e dos confrontos que ocorrem em

diferentes esferas (política, economia, relações sociais, valores, cultura, educação, etc).

Desenvolvimento Sustentável são duas palavras que devem ser definidas e qualificadas dentro do contexto de exploração dos recursos naturais e desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento é um processo através do qual a sociedade humana consegue aumentar sua capacidade pessoal e institucional de mobilização e gerenciamento de recursos, para produzir sustentavelmente e distribuir equitativamente melhorias na qualidade de vida. Desenvolvimento subentende um “melhoramento”, que pode ou não envolver crescimento material, balizado pelas restrições inerentes aos ecossistemas.

O termo sustentável refere-se à sustentabilidade ecológica. Seu uso está embasado na premissa de que os recursos naturais são necessários ao desenvolvimento econômico, mas o fornecimento dos mesmos é limitado porque os recursos naturais são finitos. Portanto, fornecimento além dos limites implicará em degradação ambiental.

Apesar destas palavras serem conceitualmente divergentes, a sinergia das mesmas, quando juntas, expressa uma rara convergência dos conceitos ecológico e econômico.

O desenvolvimento sustentável está relacionado com a persistência temporal de parâmetros mensuráveis do bem-estar social e ambiental.

Além disso, é necessário que se determine parâmetros de inter-relacionamento entre o ambiente, o bem-estar social e a diversidade cultural, a produção e o consumo e a limitada “capacidade de sustentação ecológica” dos recursos naturais.

No caso específico do desenvolvimento sustentável, este componente é expresso pela preocupação da sociedade com a alta taxa de pobreza atual e com o bem-estar das gerações futuras.

Para atender estes anseios, a conceituação dos objetivos fundamentais do desenvolvimento sustentável foi formulada de forma a elevar o padrão de vida da geração presente sem rebaixar o padrão de vida das gerações futuras, apropriando uma parcela substancialmente elevada do crescimento econômico para embasar aumentos substantivos do padrão de vida das populações mais carentes.

Independentemente do sistema econômico adotado por um país, em todas as partes do mundo a miséria existe. Provocada ou agravada por diversos fatores, a pobreza pode atingir a minoria ou a maioria dos habitantes de um país.

Os especialistas no assunto apontam as razões da miséria como sendo de ordem moral, genética, familiar, educacional, social, higiênica ou ambiental.

Dessa forma, já é amplamente reconhecida a necessidade de internalizar os custos ambientais nas atividades de produção e consumo, de forma a induzir a mudança do padrão de uso dos recursos naturais. Esta, então, seria uma justificativa para a proposição de políticas públicas governamentais na área ambiental.

O desenvolvimento local integrado e sustentável é uma via possível para a melhoria da qualidade de vida de populações como a Comunidade África e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis.

Dentre os resultados objetivos esperados desse desenvolvimento, colocam-se como prioritários a melhoria da qualidade de vida, como já foi dito, e que é resultante de um conjunto de fatores que envolve, entre outros itens, a economia (trabalho, renda, etc.), a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a

mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer e o ócio.

Esse tipo de desenvolvimento, infelizmente ainda esbarra, em questões extremamente delicadas, como o descaso dos políticos e a desmobilização e desânimo da sociedade em torno de tais questões.

Os resultados de um trabalho de pesquisa servem, portanto, para mostrar que o dilema está no campo dos valores. De um lado interesses cada vez mais a serviço da especulação financeira, de outro a luta para que os interesses sociais e ecológicos sejam ferramentas para se atingir uma melhor qualidade de vida.

As questões tratadas nesse trabalho mostram que interesses econômicos ainda se sobrepõem aos ambientais, sociais e comunitários quando da implantação de projetos governamentais.

**5. O futuro da Comunidade África: as
suas possibilidades e as alternativas
de saída.**

A cada dia, ressalta-se como necessária, e evidente, a importância do estabelecimento de uma política habitacional como instrumento insubstituível de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida nas cidades e, em consequência, dos próprios cidadãos. Morar de forma adequada e regularizada, numa cidade segura e saudável, com acesso à infra-estrutura e aos benefícios urbanos é, na verdade, uma forma concreta de afirmação de cidadania.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.

Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças (CORRÊA, 1989, p. 30).

Para alcançar o sucesso que se almeja e a integração no relacionamento poder público/sociedade, são essenciais, como pressupostos à garantia de soluções eficazes e adequadas às diversas realidades: a democratização dos instrumentos de gestão e a institucionalização desses instrumentos, em caráter permanente.

No contexto das soluções sobressaem algumas prioridades. Essas prioridades revelam-se em ampliar o acesso à terra regularizada; aumentar e flexibilizar o acesso aos recursos para investimentos em infra-estrutura urbana, possibilitando melhores condições de habitabilidade em áreas ocupadas de forma degradada; respeitar a dinâmica local e a cultura regional na definição e estruturação de soluções para as preocupantes questões habitacionais e articular a política de habitação com políticas de emprego, além da melhoria e redistribuição de renda.

Urbanizar favelas é sem dúvida um processo caro, afinal de contas, urbanizar significa: água, luz, esgoto, asfalto, melhorias, remoções, realojamentos, consolidações, novas unidades habitacionais, regularização fundiária (processo jurídico), etc.

A evolução da favela, isto é, sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização, contudo, desencadeia uma valorização que acaba por expulsar alguns de seus moradores e atrair outros (CÔRRÊA, 1989, p. 31).

As favelas são, freqüentemente, áreas remanescentes do parcelamento do solo urbano e áreas públicas que se encontram em fundos de vale ou em encostas íngremes, em más condições para a edificação, ou seja, os piores locais disponíveis dentro do contexto urbanizado. Sua ocupação costuma se dar de maneira desordenada e suas moradias, geralmente, não obedecem a nenhum critério técnico construtivo, podendo ser tanto de alvenaria como de chapas derivadas de madeira, ou ainda de restos de lixões. Em geral, essas moradias lançam sobre a superfície do solo a água servida, favorecendo ainda mais a instabilidade geotécnica, no caso de encostas, e acentuando gravemente os problemas de ordem sanitária. Ademais, costumam ser construídas em patamares formados por cortes íngremes e aterros lançados sem nenhuma proteção superficial.

A urbanização de uma favela pode se dar de duas maneiras: mantendo as moradias, apenas consolidando as existentes e construindo novas somente em casos de remoção; ou removendo os barracos e construindo novas moradias em outras áreas ou na mesma área.

Ao falarmos sobre o futuro da Comunidade África podemos citar algumas questões relevantes para que a realidade futura se torne mais amena e menos conflituosa.

Como já foi dito no decorrer desta dissertação, seria utópico tentarmos resolver o problema da exclusão. Porém, há medidas que, se implementadas pelos governos, podem proporcionar uma harmonia relativa entre o capital e a justiça social.

Entre elas, observamos a necessidade de se ter a noção de cidadania e de que ela precisa partir da concepção de um direito a ter direitos.

A expressão cidadania está hoje por toda a parte, apropriada por todo mundo, evidentemente com sentidos e intenções muito diferentes. Isso é positivo, num certo sentido, porque indica que a expressão ganhou espaço na sociedade.

Mas o que é cidadania? E o que realmente o poder público tem feito para proteger a cidadania da população?

É necessária a construção de uma nova cidadania. Uma cidadania que trabalhe com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos. E essa concepção não limita-se a conceitos legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, mas inclui fortemente as conquistas populares específicas e concretas. Como, por exemplo, o direito à proteção ambiental, à autonomia sobre o próprio corpo e o direito à moradia digna. Essa nova cidadania não se vincula as estratégias da classe dominante e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vista a uma maior integração social, mas é um momento da constituição de sujeitos ativos, capazes de definir automaticamente o que são seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento.

A cidadania que vemos hoje no Brasil e em particular em Natal é uma cidadania de interesses eleitorais, cujos projetos sociais estão estampados em propagandas, mas que ao investigarmos nos locais podemos ver e entender o quanto tornou-se superficial a nossa cidadania, outrora resultado de grandes lutas e conquistas.

O grande problema que verificamos nessa comunidade, que estamos resgatando como recorte para analisar as faces da exclusão social na atualidade, está relacionado a interesses políticos, turísticos e imobiliários.

Todavia, entendemos que as alternativas que poderiam ser sugeridas para a resolução ou atenuamento das questões socioeconômicas ali identificadas seriam as seguintes:

- Apoio integral aos adolescentes e jovens para sua reintegração ao convívio familiar e inserção sócio-educativa;
- Cuidar e apoiar crianças, adolescentes e jovens vítimas de abuso e exploração sexual;
- Dar apoio integral à criança de 0 a 6 anos, em ambiente físico e didático-pedagógico, através de creches;
- Dar atendimento integral ao idoso por meio de dois tipos de atuações:
 - Atendimento integral a grupos de idosos, mediante o desenvolvimento de ações preventivas, curativas e promocionais, buscando a melhoria da qualidade de vida do idoso;
 - Atendimento integral institucional asilar com intuito de reintegrá-lo na vida comunitária e produtiva;
- Buscar a inclusão da pessoa portadora de deficiência, respeitando as suas particularidades, nas iniciativas relacionadas à saúde, educação, trabalho,

seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer, efetivando a sua promoção social;

- Desenvolver políticas públicas comprometidas com o cidadão em situação de pobreza, falta de trabalho e de habitação, construindo, de forma ética e solidária, condições efetivas para a conquista da cidadania;
- Cadastrar todas as famílias de baixa renda, ou seja, famílias que apresentem uma renda per capita de meio salário mínimo, possibilitando a inserção das mesmas nos programas do governo federal;
- Envolver a Comunidade África no programa bolsa-alimentação, criado pelo Ministério da Saúde, que consiste na promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, mães amamentando seus filhos menores de seis meses (nutrizes) e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses de idade, em risco nutricional; crianças órfãs de mães, filhas de mães soropositivas para HIV-AIDS ou mães com psicose grave que contra-indiquem a amamentação, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda per capita mensal de meio salário mínimo, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque predominantemente preventivo;
- Apoio à extinção do trabalho infantil;
- Buscar a capacitação de jovens para o mercado de trabalho e para atuar, na sua comunidade, nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente, esporte e turismo;
- Possibilitar à comunidade a sua inserção no mercado de trabalho através do apoio à obtenção do crédito, formação de pequenos negócios e assistência técnica;

- Facilitar o advento de exposições bem como a comercialização permanente do artesanato local, tendo como eixos a cultura e o turismo, na perspectiva de geração de renda para este segmento social;
- Apoio às iniciativas populares e comunitárias que possam resultar na criação de associações, núcleos de produção e cooperativas ou no estabelecimento de outras formas de economia solidária participativa.

Com base em tudo o que já vimos acima, podemos observar que o que falta, na verdade, é uma “ponte” que se construa entre os serviços públicos assim como também o incentivo e o respeito às iniciativas da própria comunidade na busca de melhores alternativas para asseverar a sua sobrevivência.

Seria interessante o apoio a uma coordenação comunitária, com a criação de sub-coordenações que tratariam de assuntos relacionados às questões de saúde, educação, desenvolvimento econômico e desenvolvimento de liderança de cada área da mesma. Essas áreas deveriam buscar o desenvolvimento da comunidade como forma de inclusão social da referida.

Além dos aspectos que influenciam na questão social, nos deparamos com os fatores relacionados à questão ambiental. Esses fatores se tornam complexos, já que ainda que se saiba que a Comunidade África constitua-se numa ZPA, o governo municipal já está com o projeto de urbanização dessa área. Sendo assim, nesse contexto, entendemos que o estudo da questão ambiental propõe uma visão de mundo multidimensional, capaz de superar a racionalidade instrumental. Podemos, também, considerar a questão ambiental como um novo paradigma de conhecimento, que aliado a uma intensa atividade política dos movimentos ecológicos procura defender uma sociedade mais justa e participativa, associada a uma melhor qualidade de vida e defesa do meio ambiente.

Embora não seja uma tarefa fácil, e que necessite de práticas efetivas, alguns dos caminhos propostos e nos quais consideramos que o Estado, a universidade e seus pesquisadores teriam um papel importante a desempenhar, indubitavelmente, seria o de contribuir no processo de Educação Ambiental. Outra forma de contribuir neste processo seria o esclarecimento sobre as limitações do planeta, a finitude dos recursos naturais com o envolvimento em projetos de gestão ambiental, cooperativas ecológicas, desenvolvimento auto-sustentável, e, sobretudo, refletir com a população, usuários destes serviços, sobre o conviver com a vida, e a necessidade que temos de mudar nosso modo de conceber e viver no mundo.

Nesta perspectiva, nós, enquanto pesquisadores poderemos ser um meio para que se legitime uma ação junto à comunidade, que leve à percepção da necessidade de melhor qualidade de vida, de um pensamento diferente ao da racionalidade instrumental capaz de perceber a realidade de forma não fragmentada, mas ao contrário, que considere a interpretação dos problemas de nosso tempo e que aponte, urgentemente, para uma nova ética onde sejam contempladas, em sua essência, a solidariedade, a cooperação, a visão planetária e humanista.

Ao estudarmos os efeitos da exclusão social sobre esta comunidade, deparamo-nos com momentos de angústia e uma profunda reflexão sobre os postulados de uma nova política de atuação, em que os parâmetros centrais são: valores ecológicos profundos, a justiça social, a democracia de base, o direito a “ter direitos” e a possibilidade de ver efetivamente o desenvolvimento transformador de uma sociedade.

Devemos entender que se faz necessária uma noção de ecologia profunda, a qual vai muito além de somente preservar o ambiente natural. O meio ambiente está intimamente associado a nós enquanto seres humanos e, nesse

sentido, a degradação ambiental tem uma profunda relação com a degradação espiritual do próprio indivíduo.

Esse olhar sobre a questão ambiental inspira um novo tipo de sociedade capaz de mudar o sentido da relação indivíduo/indivíduo e indivíduo/natureza.

Da forma acima descrita, podemos, então, apontar que essa mudança potencializa transformações culturais inerentes à constituição de uma nova sociedade, com maneiras de pensar e de agir que expressem o entrelaçamento de todos os elementos e seres que compõem o sistema.

Os valores próprios da racionalidade instrumental encontram-se muito arraigados em nossa sociedade, expressando-se em nossa vida cotidiana. Todavia, estão surgindo, atualmente, condições objetivas que apontam à saturação deste modo de viver. Como exemplo, citamos águas poluídas, alimentos contaminados, barulhos insuportáveis, trabalho insalubre, moradia precária, subjugação no trabalho, vida insegura, epidemias, clima alterado, solidão, trânsito superlotado, entre outras, que dizem respeito à vida em comunidade e que possibilitam à população perceber as atitudes predatórias com certa nitidez, abrindo perspectivas para um futuro melhor através da consciência cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito inicial deste estudo foi identificar as faces da exclusão social na atualidade, utilizando como recorte deste processo a Comunidade África, sediada em Natal/RN.

Devemos ressaltar, primeiramente, que a desigualdade é resultante do funcionamento dos princípios operados pelo capitalismo. Tal desigualdade tende a se difundir do setor econômico à vida das pessoas em geral, atingindo todas as suas oportunidades de vida, incluindo seu status e seu senso de valor próprio subsequente (GALPER, 1986, p. 43).

Portanto, há desigualdades, todavia não se pode falar exclusivamente de seres marginais, mas de um grupo de oprimidos, explorados e excluídos do acesso aos benefícios produzidos pela modernização.

Assim sendo, a população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário. Não é por outra razão que, não obstante impedimento formal do surgimento de novas favelas, o congelamento dos núcleos existentes e as inúmeras remoções que se fez nos últimos anos, o número de favelados crescem num ritmo acelerado (KOWARICK, 1979, p. 86).

Dentro desse contexto supracitado, a exclusão retrata a angústia de numerosos segmentos da população, “inquietos diante do risco de se ver um dia presos na espiral da precariedade”, acompanhando o “sentimento quase generalizado de uma degradação da coesão social” (Paugam apud Demo 1996, p. 7).

Desta forma, a pobreza absoluta é resultante de uma série de erros acumulados e de explorações demasiadas por parte dos detentores do capital sobre os trabalhadores. Atualmente, com a atenuação da dependência política, a maioria das áreas subdesenvolvidas não consegue recuperar o tempo perdido. A redução dos seus recursos naturais e a permanência durante várias décadas sem assistência econômica, social e cultural, de acordo com as necessidades básicas, acabaram por agravar o problema.

Vemos, por conseguinte, que a exclusão se caracteriza pelo aumento do desemprego e pela precarização das condições de trabalho.

Por outro lado, como visto anteriormente, a segregação é conseqüente da separação entre diferentes grupos sociais, ou seja, é algo concreto, como foi possível ser divisado na Comunidade África.

Atestamos, também, que em face dos problemas ambientais identificados na aludida comunidade, não pudemos deixar de refletir sobre a questão do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios. É, portanto, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas (Bello, 1998). Este também deve levar em conta as necessidades básicas do ser humano, ou seja, acesso à moradia, educação, saúde, lazer, participação, direito de exercer cidadania, acrescentando-se, ainda, o direito aos recursos naturais e a necessidade de preservação destes recursos para que os mesmos não se

esgotem, tornando a vida do homem sem qualidade ambiental, com o objetivo de preservar as demandas da população.

Assim sendo, os impactos ambientais urbanos resultantes de uma má administração dos recursos naturais são mais sentidos pelos setores menos favorecidos da população, como na Comunidade África, que, confinada nas áreas mais susceptíveis às transformações próprias dos processos ecológicos, porém aceleradas pelas ações humanas, não pode enfrentar os custos da moradia em áreas ambientalmente mais seguras ou beneficiadas por obras mitigadoras de impactos ambientais, de sorte que é, ao mesmo tempo, produto e processo de transformações dinâmicas e recíprocas da natureza e da sociedade estruturada em classes sociais (COELHO, 2001).

Por fim, os custos ambientais geralmente não são captados nas relações de mercado, devido à indefinição de direitos privados de propriedade: o custo da degradação não incide sobre os que degradam, mas recaem sobre a sociedade como um todo (ROMERO, 2001, p, 129).

A identificação dos problemas resultantes da ausência de uma adequada infra-estrutura urbana, além das questões socioambientais verificadas na Comunidade África, as quais foram amplamente discutidas ao longo do nosso trabalho, nos fizeram refletir sobre o atual momento que atravessamos.

O processo capitalista que nos preside representa uma etapa avançada e específica do movimento de internacionalização do capital.

Esta nova etapa se caracteriza pelas mudanças nas condições de funcionamento do capitalismo, pela grande mobilidade das operações do capital industrial e financeiro e da grande exclusão de enorme parcela da humanidade causada pelas exigências de integração a esta nova ordem de acumulação rentista.

A centralização de gigantescos capitais financeiros causa uma verdadeira ditadura às economias subdesenvolvidas para o ajustamento e inserção das mesmas à economia mundializada.

Tais transformações nos levam a ponderar que o atual sistema de acumulação flexível é relevante para um reduzido grupo de privilegiados, enquanto a expressão majoritária da humanidade padece com a miséria, a exclusão, a segregação, o desemprego estrutural, a degradação ambiental, a ausência de moradia e, o mais grave, o acesso à dignidade, aos direitos humanos e à cidadania plena.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate à pobreza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 126 p.

BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL. Lei n ° 10.257, de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., Edições Técnicas, 2002. 80 p.

CARVALHO, Alba Pinho. **A questão social e as transformações nas políticas sociais: as respostas do Estado e da sociedade civil**. Fortaleza: oficina original regional da ABESS, 1998 (mimeo).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Geociências - CCMN. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, 352p: il.

COELHO, Teixeira. **Moderno e pós moderno: modos e versões**: São Paulo: Iluminuras, 2001. 227p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 98p il.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão social**. Polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Revisada. Campinas: Autores associados, 2002.

_____. **Política Social, educação e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996. 124p.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Administração Municipal - Tese** (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 1990.

DE SOTO, Hernando **The mystery of capital**. Londres: Bantam Press, 2001.

GALPER, Jeffry. **Política Social e trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna** - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A justiça Social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. XIV, 291 p.

KOWARICK, Lúcio **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 202p.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As multifacetadas da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Harley, 2003. 396p.

MARSHALL.T. H. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: edições UFC, 1981

NATAL/RN. **Plano diretor de Natal**. Lei complementar nº 7/94 de 5 de agosto de 1994. D.O.E., 07/09/1994.

NATAL/RN. **Código do meio ambiente de Natal**. Lei nº 4.100 de 19 de junho de 1992. Seção II, art.55.

NEUMANN, Zilda Arns. Os príncipes e os mendigos. In: **veja especial**, opinião, dezembro, 2001

NUNES, Elias. **O meio Ambiente da Grande Natal**. Natal: Imagem Gráfica, 2000. 120p.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro (org). **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 1996. 151 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A Urbanização desigual: A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Espaço Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. 124 p.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Paz e terra, 1978.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Reestruturação Urbana: Tendências e desafios**. São Paulo, Nobel: Rio de Janeiro: IUPERJ. 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CHESNAY, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Luciano e FERRAZ, João Carlos (coord.) **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1994.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização Econômica e Heterogeneidade nas Relações e nos Mercados de Trabalho no Capitalismo Avançado**. Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?. São Paulo: Scritta, 1996.

DELUIZ, Neise. **Formação do Trabalhador: Produtividade & Cidadania**. Rio de Janeiro: Shape, 1994.

GONÇALVES, REINALDO. **Ô Abre - Alas - A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1996.

_____. **Teorias da Globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEITE, Elenice Monteiro. **Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação no Brasil**. Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

MACHADO, Lucília. **"A Educação e os Desafios das Novas Tecnologias"**. Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MATTOSO, Jorge Eduardo L. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. **"O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados"**. O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. **"Emprego e Concorrência Desregulada: Incertezas e Desafios"**. Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou volta ao passado?. São Paulo: Scritta, 1996.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. O Declínio Inevitável dos Níveis dos Empregos e a Redução da Força Global de Trabalho. São Paulo: Makron, 1995.

SALERNO, Mário Sérgio. "Organização do Trabalho, Trabalho Real e Eficiência em Sistemas Flexíveis". In: **Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial**. FORTES, José e SOARES, Rosa (orgs.). Brasília: UnB, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. **Desajuste Global e Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.